



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NADJARIA KALYENNE DE LIMA ANTERO

**CORPOS DE BRANCO E ROSA**

*As transformações corporais nos espaços prisionais femininos*

CAMPINA GRANDE / PB  
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**CORPOS DE BRANCO E ROSA**

*As transformações corporais nos espaços prisionais femininos*

NADJARIA KALYENNE DE LIMA ANTERO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de Pesquisa:** Cultura e Identidades

**Orientador:** Prof<sup>o</sup>. Dr. Vanderlan Francisco da Silva

CAMPINA GRANDE / PB  
2020

A627c Antero, Nadjaria Kalyenne de Lima.

Corpos de branco e rosa: as *transformações corporais nos espaços prisionais femininos* / Nadjaria Kalyenne de Lima Antero. – Campina Grande, 2020.

95 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.

"Orientação: Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva".

Referências.

1. Mulher. 2. Transformação Corporal. 3. Prisão – Campina Grande.  
I. Silva, Vanderlan Francisco da. II. Título.

CDU 305-055.2(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA SEVERINA SUELI DA SILVA OLIVEIRA CRB-15/225

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**CORPOS DE BRANCO E ROSA**

*As transformações corporais nos espaços prisionais femininos*

NADJARIA KALYENNE DE LIMA ANTERO

Dissertação apresentada, defendida em fevereiro de 2020 e avaliada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. VANDERLAN FRANCISCO DA SILVA

---

Prof. Dr. MÁRIO LADOSKY

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. ALESSA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

## AGRADECIMENTOS

Lembro-me bem de que nos meus agradecimentos da graduação, disse que escrever era um ato tão e somente solitário. Eu continuo acreditando que sim, só que, hoje, com a visão um pouco mais evoluída. Na verdade, passo a perceber que a escrita é minha, mas esse trabalho também foi escrito por muitas outras mãos. Obviamente, de um jeito indireto. É que uma indicação de livro, um autor ou autora, categorias que me foram sugeridas, devaneios que tive, mas que foram compartilhados com outras pessoas, tudo isso, está contido nessas páginas.

Só que isso não está visível a todos olhos, ficando disponível somente na vivência de quem esteve presente. O que se repete, de quando defendi a minha monografia, para a dissertação, é que eu continuo reconhecendo a importância de agradecer. Ser grata é uma forma de olhar para o universo, as energias, aos encontros e desencontros, as pessoas, profissionais e uma diversidade de elementos que se fazem de combustível nesse percurso. Na linguagem das pedras, é preciso de uma lapidação.

Se passaram dois anos, e curiosamente ainda não me sinto pronta. O pouco que consegui apresentar nessas páginas, tem vários dos ensinamentos da minha mãe. Não falo das teorias, seus ensinamentos foram sobre a vida. Ela que sempre quis “me dar o mundo” - mesmo que muitas vezes isso não estivesse ao seu alcance - dizia: “Minha filha, estude. Trabalhe e seja independente”. Uma das formas que eu encontro de retribuir é a de continuar estudando e trabalhando. Obrigada por me dar a liberdade de escolher e viver os meus sonhos, mama!

Nas minhas manhãs, tardes, noites e poucas madrugadas de escrita, também tiveram a companhia e presença de Luke. Sob quatro patas e um corpo de cachorro, Luke se comportou e me acolheu como gente. Em alguns momentos de desânimo e choro, ele sempre chegava por perto como se dissesse “eu estou aqui”, me enchendo de lambidas e afeto. Não se trata apenas de um animal de estimação, Luke me salvou de muitos conflitos e questões internas, neste percurso, e eu agradeço demais por ter esse bichinho perto de mim.

Falar de Luke, me faz lembrar de Everton, carinhosamente “Evelto” e que, juntos, formamos uma linda família. Evelto foi importante nesse trajeto, me fazendo companhia, mesmo que injustamente eu estivesse lendo textos de Ciências Sociais e ele no computador jogando Counter-Strike (CS) ou Dota. Dias anteriores as

bancas do projeto e qualificação, ele também esteve ouvindo minha apresentação e me dando dicas “Fala um pouco mais devagar. Isso aqui tá confuso”. Só que além desses fatos, posso afirmar que gostoso é viver ao lado de quem vibra pelas nossas conquistas, como se fossem as suas. Gosto de usar os meus olhos para ver as coisas boas da vida e você, sem sentir, acaba me ensinando como usá-los de uma forma mais leve.

Agradeço demais ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) pela acolhida nestes anos, a Rinaldo por sempre me atender tão gentilmente e solucionar as demandas burocráticas que surgiram no caminho. Aos professores do programa, que me ensinaram conteúdos e ofereceram *insights*, particularmente, para a minha pesquisa. Desses, destaco o professor Vanderlan, que não só foi o meu professor, mas também orientador. Serei sempre grata por suas correções, ideias, incentivo, sinceridade e confiança no meu trabalho. Concluímos essa etapa e eu agradeço bastante por isso.

Aos professores Mário e Alessa que aceitaram o convite de participar da minha banca e defesa final. É um momento importante na minha carreira profissional e, claro, muito me alegra de receber a leitura e contribuição acadêmica de outros olhares. Os meus sinceros agradecimentos!

A Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, as três diretoras que me atenderam durante os dias de pesquisa, bem como a autorização para que eu pudesse retornar quando desejasse. Ao corpo de funcionários e, em especial, a todas as minhas interlocutoras. Vocês me ajudaram a construir esse trabalho.

Eu não esperava, mas fui presenteada com um grupo de meninas que, fora da sala de aula, me ensinaram como é possível estreitar laços de amizade em um ambiente, às vezes, doloroso e difícil que é a pós. Raphaella (Rapha), Patrícia (Pati), Milenna (Mi) e Maria Luíza (Malu), foram pessoas que me proporcionaram afetos, risadas, lágrimas, aprendizado, trocas, fala e escuta. Gostaria que os alunos e alunas de outras pós-graduações pudessem ter experiências e conhecer pessoas, como o destino preparou esse encontro.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida, nesse período do mestrado. Esse auxílio financeiro me possibilitou o privilégio de me dedicar integralmente aos estudos, pagando o meu aluguel, feira, xerox, livros, passagens de ônibus e ainda conseguindo fazer

pequenas coisas por mim. O meu real desejo é que todos os estudantes, e que passassem por essa etapa, tivessem a mesma oportunidade. Nós precisamos continuar defendendo (sempre) o ensino público, gratuito e de qualidade, também como a existência de programas e das bolsas de estudos no Brasil.

## RESUMO

Nesta dissertação, seguiu-se a partir da figura das *mulheres presas* da Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, localizada na cidade de mesmo nome. Percebida por mim enquanto categoria, discuti essa e outras como *prisão* e *corpo*, que revelaram particularidades no campo de estudo. Na pesquisa, mediante ao auxílio de teóricos como Michel Foucault, Erving Goffman, Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, abordei a temática da corporeidade na mulher presa. O meu desejo foi o de compreender quais as transformações corporais dessas mulheres e como isso acontece diante da dinâmica social nas prisões brasileiras. Para alcançar esse objetivo central, acionei conceitos como *casulo protetor*, *segurança ontológica* e *habitus* para mostrar a maneira como essas mulheres reclusas lidam com essas mudanças, incorporam e desenvolvem comportamentos, se destacando das mulheres que estão circulando pelas ruas. Com isso, dividi as minhas descobertas de duas formas: Na primeira parte, eu faço um esforço de levantar uma discussão analítica-teórica envolvendo esses e outros autores, depois, apresento os dados coletados do campo de pesquisa e como isso se relaciona com a teoria escolhida. Para atingir os objetivos, também exercitei os processos de escuta e fala, com a análise da observação participante e técnicas estabelecidas pela etnografia. A pesquisa completa foi realizada durante meses, entre idas e vindas ao presídio, mas a aplicação de entrevistas se deu entre os meses de dezembro de 2019 a janeiro de 2020 no bairro do Serrotão. É a arquitetura das prisões e todo o seu corpo físico, que foram observados sob o prisma de como eles (re)produzem não somente as subjetividades dessas mulheres, mas em como influenciam nos corpos desses sujeitos, transformando-as sejam em corpos marcados por cicatrizes, procedimentos de autocuidado ou mesmo disciplinados. Essa escrita tomou como base a história narrada por essas mulheres, que a partir da prisão revelaram peculiaridades, costuradas com as contribuições teóricas, possibilitaram caminhos a serem desvendados nas Ciências Sociais. Nos resultados, identifiquei diversas transformações corporais e que elas afetam a vida e dinâmica social do grupo estudado no ambiente carcerário. Foram mudanças na alimentação, na forma de se vestir, o autocuidado e até sinais de definhamento corporal. Não obstante, elas também sofreram com os processos internos potencializados em forma de abandono, saudade e solidão por trás das grades.

**Palavras-Chave:** Mulher. Transformação corporal. Prisão. Campina Grande.



## ABSTRACT

This dissertation was developed under the figure of imprisoned women from the Regional Women's Penitentiary of Campina Grande, located in the city of the same name. Perceived by me as a category, I discussed this and others like prison and body, which revealed particularities in the field of study. In the research, through the support of theorists such as Michel Foucault, Erving Goffman, Pierre Bourdieu and Anthony Giddens, I approached the theme of corporeality in imprisoned women. My desire was to understand which are the body changes of these women and how it occurs in the face of social dynamics in Brazilian prisons. To accomplish this central goal, I engaged with concepts such as *protective cocoon*, *ontological security* and *habitus* to reveal the manner how these women inmates deal with these changes, how they also incorporate and develop behaviors, standing out from the women who are circulating on the streets. Hence, I sectioned my findings into two forms: In the first one, I make an effort to raise an analytical-theoretical discussion involving these and other authors, then I present the data collected from the research field and how it relates to the chosen theory. To achieve the objectives, I also exercised the listening and speaking processes, with the analysis of participant observation and techniques established by ethnography. The complete study was carried out for months, amongst backwards and forwards to the prison, although the application of interviews succeeded between the months of December 2019 to January 2020 in Serrotão's neighborhood . It is the architecture of the prisons and their entire physical body, which were observed under the prism of how they (re)produce not only the subjectivities of these women, but also how they influence the bodies of these subjects, transforming them into bodies marked by scars, self-care procedures or even disciplined. This writing was based on the story narrated by these women, who revealed peculiarities stem from their imprisonment, stitched together with theoretical contributions, which enabled paths to be unraveled in Social Sciences. In the results, I identified several bodily transformations and that they affect the life and social dynamics of the group studied in the prison environment. There were changes in the nourishment, in the way of dressing, self-care and even signs of body wasting. Notwithstanding, they also suffered from the internal processes enhanced in the form of abandonment, longing and loneliness behind bars.

**Keywords:** Woman. Body transformation. Prison. Campina Grande.

## **LISTA DE SIGLAS**

**CPB** – Código Penal Brasileiro

**CNJ** – Conselho Nacional de Justiça

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**FARC-EP** - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo

**GESIPE** - Gerência Executiva do Sistema Penitenciário

**INFOPEN** – Levanto Nacional de Informações Penitenciárias

**ISEA** - Instituto de Saúde Elpídio de Almeida

**MMFDH** – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

**PCC** – Primeiro Comando da Capital

**PCPA** - Presídio Central de Porto Alegre

**PROJOVEM** – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

**SISU** – Sistema de Seleção Unificada

**TJ** – Tribunal de Justiça

**UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba

**VEP** – Vara de Execuções Penais

## **MODOS DE FALAR**

Na Penitenciária, aprendi que algumas palavras funcionam como códigos e variações da própria linguagem. Não existe isso de certo ou errado, conforme determina a língua portuguesa. Pelo contrário, o que vale é que a mensagem chegue ao receptor. Durante os dias de campo, descobri algumas dessas palavras e que explico a seguir:

*BOIOU*: O verbo boiar significar a ação de flutuar sobre a água. Na cadeia, o significado é sobrar. Por exemplo: “Alguém tem uma peça de roupa boiando aí?”, quer dizer, se alguém tem peças de roupas sobrando, a mais.

*JOGO*: Jogo quer dizer troca. É frequente as presas perguntarem se tem certos objetos para “jogo”. Além de comprar, elas também fazem jogo.

*CATATAU*: Os catataus são os famosos bilhetes, formas de comunicação escrita estabelecidas dentro dos presídios. O papel é escrito por uma presa (ou preso) e contém a informação de maneira curta e direta para o destinatário.

## SUMÁRIO

### I INTRODUÇÃO 13

### II ENTRE A PUNIÇÃO (E PRISÃO), OS CORPOS E AS MULHERES

*As formas elementares do punir o “feminino”* 17

*Pode o campo te aprisionar?* 28

*O corpo é nosso* 37

*Deus é Mulher* 48

### III O MISTERIOSO CAMPO DAS PRISÕES

*Fios e desafios do percurso metodológico* 54

*Cardápio* 64

*“Aqui é mais fácil de adoecer”* 70

*Memórias da Rua* 74

### IV CONCLUSÃO 85

### REFERÊNCIAS 92

## INTRODUÇÃO

“A senhora...”, “Foi um prazer, tá? Precisando, qualquer coisa”, “O que você tá anotando?”, “A gente teria assunto até umas horas”. Foram com essas palavras que fui recebida e me despedi de muitas das presidiárias que residem na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, localizada na cidade de mesmo nome, no Estado da Paraíba. Segui, por todos os dias que me foram autorizados, para a mesma sala, que fica ao lado da sala da direção e foi lá onde anotei essas observações.

Esses encontros só foram possíveis, após uma autorização emitida pela Justiça e por intercessão de alguns profissionais. Esse processo analítico foi narrado em um dos capítulos da dissertação e que me deixou um dos principais ensinamentos: Esteja preparada mais para o “não” do que “sim”. E se esse for mesmo o seu desejo, vá até o fim. Pode parecer uma narrativa romantizada, mas ao ler o que vem pela frente, será possível perceber que as minhas palavras não estão jogadas ao vento.

Estabeleci interlocução com dez mulheres que se encontram em situação de privação de liberdade, em períodos de cumprimento de pena que tiveram variação anual. Conversei com mulheres que estavam na prisão há seis meses, enquanto outras já tinham 12 anos de cadeia. Essa diversidade de períodos me permitiu colher informações não só de diferentes perspectivas, mas de mulheres que se reinventaram e sofreram transformações no ambiente carcerário.

Além de conversar, eu desejava saber mais: *como acontecem os processos de ruptura e transformação corporal da mulher apenada?*, tendo esse e outros questionamentos, me desloquei para o presídio em busca de respostas, mesmo que não fossem os dados que eu esperasse coletar. Eu estava ciente que para o momento, aquele seria o meu campo. Nessa busca por explicações, eu fiz uma observação participante com as presas, utilizando um caderno de anotações e uma caneta, enquanto que em outros momentos foi o exercício de memorização. As características elencadas da etnografia foram de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho.

Quando se pensa na corporeidade das presas e quais os impactos da prisão nesses corpos, subtende-se que a condição do estar presa, isto é, privadas de

liberdade, lhes retira diversos direitos e benefícios conquistados na rua. As roupas são exemplos disso. Na penitenciária, as mulheres não podem usar as roupas que desejam, já que existe um protocolo a ser seguido: da rua, só entram quantidades específicas de blusas, shorts, calcinhas, sutiãs e outras peças femininas. A contrapartida é que, fora da cela, a roupa padronizada são os fardamentos de branco e rosa. Logo, é visto o alcance do poder do Estado exercido sobre esses corpos que devem responder por obediência.

Não pode usar a roupa que se deseja, é realidade para quem não tem o poder aquisitivo para obter tal vestimenta ou, como é o caso da pesquisa, daquelas pessoas que estão privadas desse direito também. Além disso, é na prisão que a alimentação e os serviços de saúde ficam restritos, quer dizer, você só pode comer o que é ofertado, com exceção daquelas tem auxílio alimentício nos dias de visitas, e só pode se consultar com os profissionais disponibilizados pelo presídio. Essas restrições e limitações são características de instituições fechadas, como a Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande.

O debate sobre o corpo e de mulheres apenadas pode ser percebido enquanto um problema sociológico fundamental, já as produções atuais sobre corporeidades estão sendo pensadas a partir de práticas de lazer, esportes, na ocupação da cidade, mas, em pesquisas recentes, não se percebe o olhar direcionado para os grupos encarcerados. Do mesmo modo, as pesquisas sobre prisões, vão no sentido linear do número crescente de mulheres presas por tráfico de drogas, a maternidade no cárcere, a influência do movimento feminista na vida das mulheres presas, identidades de gênero e mulheres em situação de lideranças na prática de crimes. Esses dois últimos foram extraídos de pesquisas, que serão apresentadas no transcorrer da dissertação.

As Ciências Sociais são de estudos que permitem, além de estudos interdisciplinares, costurar objetos e ideias que perpassam a realidade social dos agentes sociais. As Ciências das Humanidades podem (mas não somente) investigar, problematizar e refletir sobre pessoas. Dessas proximidades, observo quão ricas as teorias sociológicas e antropológicas podem ser, aos olhares 'treinados' dos pesquisadores brasileiros.

Nesta pesquisa, além de um debate teórico entre sociólogos e antropólogos, procuro apresentar reflexões através de produções literárias, audiovisuais, exemplos

do cotidiano, já que todas essas formas de referência são importantes para a pesquisa e para compreensão do objeto de estudo. De modo geral, será possível consultar uma pesquisa e escrita analítica e também descritiva, na tentativa de argumentar e fundamentar todas as hipóteses levantadas por mim, sobretudo, confirmadas por minhas interlocutoras.

Ainda que a pesquisa envolva três pilares conceituais “corpo”, “mulher” e “prisão”, o que já se deduz previamente tratar de uma pesquisa realizada dentro de uma penitenciária feminina no Brasil, é preciso dizer que muito do que será encontrado, digo, de informações, também aconteceu extramuros das prisões. Como se verá adiante, apresento muito das minhas inquietações e curiosidade como pesquisadora.

Em meio aos circuitos e caminhadas ao presídio, esses olhos e o meu corpo em movimento presenciaram: gente nas estradas em direção ao presídio, operação pente-fino, mentiras, vaso sanitário quebrado, pessoas entrando e saindo, mulheres que só queriam ser acolhidas nos presídios. Essas histórias e relatos contados, exigiram de mim mais escuta e menos julgamento. Se eu obtive êxito é algo difícil de responder, prefiro que quem leia, tire suas conclusões. Mas, uma coisa, eu tenho certeza: este trabalho exigiu perseverança.

Ouvir minhas interlocutoras, também fez parte de escutar essas pessoas que, por vezes, já não são ouvidas. Elas que acabam desenvolvendo um papel de subordinação perante às agentes, diretoras, médicos, e até mesmo, inconscientemente, a mim, quando me tratam como “senhora”. Fazer parte de uma história esquecida, aprisionada pelo silêncio, é o que acontece com a grande maioria de mulheres reclusas.

No II capítulo, analiso quatro subtópicos que discutem, resumidamente, as formas de punição que foram sendo aplicadas aos corpos, com ênfase, aos corpos femininos. O texto tenta localizar os tipos de punições, como elas aconteciam e em quais períodos históricos isso aconteceu. Depois, além de teóricos como Foucault e Goffman, que trazem contribuições sobre as prisões, narro experiências de outros escritores dentro de presídios femininos, masculinos e mistos brasileiros.

Lanço questionamentos como “*pode o campo te aprisionar?*” para responder, a quem tiver acesso a este trabalho, quais os motivos existenciais e subjetivos me fizeram estar, face a face, com essas mulheres que, por um determinado tempo,

eram desconhecidas. Também destaco algumas reflexões de Giddens e Bourdieu, na tentativa de correlacioná-las com o campo. Defendo que pesquisa carrega subjetividade, mesmo que ela não esteja tão visível para o leitor. Nesta, além de contar as razões, apresento um percurso marcado por mudanças na área, objeto e tema de pesquisa no mestrado, a construção de um objetivo leituras e muito aprendizado.

Já no III capítulo, narro detalhadamente os procedimentos do percurso metodológico e outros assuntos destacados pelas próprias presas, e que se tornaram elementos-chave para o desenvolvimento desse debate. Essas mulheres vão entender que a alimentação é um fator capaz de influenciar diretamente nas transformações corporais, que o adoecimento acontece dentro dos presídios, mais frequente do que se possa imaginar. No mesmo capítulo, ainda, tento resgatar as memórias afetivas dessas mulheres, descrevendo peculiaridades de suas vidas e de que forma isso se conecta com o dentro e fora dos presídios.

*Corpos de branco e rosa* é resultado de um trabalho teórico, mas fundamentado em fatos reais, isto é, histórias dessas mulheres apenadas, que foram transcritas em forma de palavras por mim. A sensação é que a história foi contada, mas, no fundo, eu sei que não se esgotou. Em Fahrenheit 451, Ray Bradbury narra o diálogo com dois personagens em que um deles diz: “[...] *Os livros servem para nos lembrar quanto somos estúpidos e tolos. São o guarda pretoriano de César, cochichando enquanto o desfile ruge pela avenida: Lembre-se, César, tu és mortal [...]*”. A citação usa palavras que soam grosseiramente como “estúpidos” e “tolos” mas a minha interpretação é de que muitas das coisas que desejamos estão contidas em um livro. Não terá respostas para todas as coisas, mas sempre algo de novo para aprender.



## **II. ENTRE A PUNIÇÃO (E PRISÃO), OS CORPOS E AS MULHERES**

### ***As formas elementares do punir o “feminino”***

Inaugurar essas páginas da dissertação - com um assunto, por vezes, tido como simplista “*ué, mas se cometeu crime tem que ser presa*”, complexo, já que envolvem três esferas como o Estado e o seu corpo de funcionários, as pessoas encarceradas e a sociedade, e até mesmo um assunto que requer vigilância, já que a mídia, de certa forma, cumpre esse papel de informar e “vigiar” o que está sendo feito dentro e fora das grades, - demonstra certa responsabilidade com esses escritos e prevê fôlego necessário para caminhar deste ponto de partida em diante.

Na maior parte do mundo, milhares de pessoas, homens e mulheres, são presos e encaminhados para os presídios, após a prática de um crime que vai contra às leis estabelecidas no Código Penal Brasileiro<sup>1</sup> (CPB) e desde que devidamente condenado. Pelas ruas das cidades, alguns corpos já estão marcados para serem transformados em cadáveres, filhos da fome ou miséria e mesmo criminosos, também conhecido por gângsters.

A partir de regras, somos ensinados que a prisão deve ser um lugar não desejado por qualquer sujeito, afinal, quem gostaria de ser privado de sua total liberdade? É muito provável que ninguém se pronunciasse com um “sim” para tal pergunta. Estar dentro das prisões, talvez, seja desejo apenas para aqueles que lá trabalham ou das pessoas que tiveram um familiar, amigo(a) e até companheiro(a) aprisionados.

Seja por motivos de trabalho, visita íntima ou visitar um ente querido, há aqueles que são vistos como “quem entende de cadeia”. E em um dos primeiros momentos – extramuros da prisão – que eu não imaginava, sujeitos relacionados ao meu campo começaram a surgir. O assunto já fazia burburinho em meus ouvidos. Naquele momento, assim como Diniz (2016) não peguei nenhum caderno, o momento não exigia escrita, apenas presença. Era fim de agosto, em 2018, de uma tarde ensolarada de dia útil, que uma moça jovem subiu no ônibus, em uma das

---

1 O Código Penal Brasileiro (CPB) pode ser acessado no site do Senado: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo\\_penal\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf). Acessado em 13/07/2019

linhas dos 300, na cidade de Campina Grande. Ela tinha a pele negra, cabelos da cor de jambo e uma criança ao colo. No instante, as características foram observadas, mas a curiosidade foi outra: o diálogo estabelecido com um rapaz sobre prisões.

Despreocupados, eles conversavam em alto e bom som. Aproveitavam o intervalo das paradas de ônibus, para se atualizarem da vida de seus conhecidos. O primeiro mantra do presídio (Diniz, 2016, p. 205) “não julgar” já começava a ser testado por minha audição. Os passageiros olhavam com estranhamento, e embora eu estivesse me sentindo como um estrangeira<sup>2</sup> imaginava: “como será esse mundo da prisão sobre o qual eles conversam... Aquelas presas já estão tão distantes geograficamente do centro urbano da cidade... Da minha realidade...”. A conversa continha tantas gírias, que a minha vontade era a de possuir um glossário e compreender cada palavra dita.

Naquele momento, a minha memória foi fiel com algumas colocações daquela moça que dizia: “*Conhece fulana, esposa de fulano que tá preso? E aquela lá que foi presa em flagrante?*”, instante em que a dupla mostrava familiaridade com as pessoas e o mundo criminoso. Uma outra fala me chamou atenção, que a mulher disparava: “*Quando ele me viu, ficou preto, branco, rosa e azul. Cê sabe*”. A história se referia a alguém do gênero masculino, que supostamente teria ficado nervoso ao vê-la. Na dúvida entre a mentira ou a verdade, a impressão foi singular: ela demonstrava segurança e conhecimento sobre o assunto.

Para além do exemplo citado acima, outras pessoas (como eu) não só dialogam sobre, mas desejaram adentrar as instituições carcerárias, só que com um objetivo diferente: estudar e pesquisar sobre a corporeidade das mulheres nas prisões brasileiras, cuja temática tem me interessado faz um certo tempo; no entanto, não quero que as folhas do calendário sejam suficientes para mensurar a minha vontade de aprender sobre as pessoas que se encontram em instituições como a prisão. Julgo necessário vivenciar e experimentar as histórias proporcionadas pelo meu campo como método, inclusive, de entender as facilidades

---

<sup>2</sup> O significado de *estrangeiro* atribuído por Simmel [1908] (2004) como “viajante em potencial” é o mesmo que o deste texto. É essa condição que possibilita a transição autônoma por diversas culturas. A objetividade do estrangeiro significa distância e não tomar partido, mas também essa combinação particular feita de proximidade, distância, indiferença e engajamento.

e dificuldades de um tema doloroso e perigoso para uns, enquanto que instigante para outros.

A partir do grupo pretendido, estudar as mulheres presas, percebe-se que elas são abordadas em distintos campos: pela televisão, em livros literários<sup>3</sup>, em séries ofertadas por serviços de streaming, a exemplo de *Orange Is The New Black*<sup>4</sup>, em pesquisas acadêmicas, entre outros. As penitenciárias e presídios femininos também são outros espaços que tem possibilitado novos rumos de compreensão e saber para a comunidade acadêmica e, principalmente, para a sociedade civil.

Algumas prenoções do que seja o aprisionamento conseguem nos reportar a casos como a solidão mencionada por Dráuzio Varella, em *Prisioneiras*<sup>5</sup>, sentimento este vivenciado pelas aprisionadas, mas que na visão de Foucault (2014) deve ser pensada como um instrumento positivo de reforma, já que é na solidão o momento oportuno para reflexão; à uma instituição total segundo a perspectiva defendida por Goffman (1974), que transmite a ideia, sucintamente, de um grande número de indivíduos que levam uma vida fechada e formalmente administrada (Goffman, 1974, p. 11).

Ainda que a maioria dos indivíduos possuam essas prenoções e outras informações de como as leis funcionam nos sistemas prisionais, é de conhecimento que as prisões nem sempre foram a forma de correção desses corpos e, para isso, faz-se importante uma retrospectiva das formas de punição em séculos passados e os reflexos disso na sociedade em que estamos inseridos. Considero relevante destacar que diante de uma tímida produção de materiais bibliográficos e de consulta “popular” sobre punição específicas para mulheres na antiguidade, o sistema prisional feminino e outros materiais que façam essas conexões, em vários casos, serão feitas discussões paralelas com dados oriundos do sistema carcerário brasileiro em geral.

Neste texto, possivelmente serão encontradas palavras utilizadas enquanto sinônimos, como *apenadas*, *presidiárias* e *prisioneiras*. Reconheço a existência da

---

<sup>3</sup> Cito aqui três exemplos de livros literários que abordam a temática de mulheres na prisão: *Prisioneiras*, *Cadeia*, *Presos que Menstruam*.

<sup>4</sup> É uma série de televisão americana desenvolvida por Jenji Kohan, Sara Hess e Tara Herrmann para a Netflix, estrelada por Taylor Schilling. É baseada em *Orange Is the New Black: My Year in a Women's Prison* (2010), memória criada por Piper Kerman, sobre suas experiências na FCI Danbury, uma prisão federal de segurança mínima. A série foi oficializada no primeiro semestre de 2013. Em 2019, a série chegou a conter sete temporadas.

<sup>5</sup> Varella, D. *Prisioneiras*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Cartilha da Pessoa Presa elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>6</sup>, em que estabelece diferença básica entre o apenado e o preso provisório. A teoria diz que o primeiro mencionado é o indivíduo que já foi condenado, portanto, possui uma sentença condenatória, ao passo que o segundo ainda não possui condenação definitiva, mas que foi preso em razão de flagrante, prisão temporária ou preventiva. O documento ainda diz que: “[...] na unidade prisional, o preso provisório deverá sempre ser colocado em celas diferentes das dos presos já condenados definitivamente”, (CNJ, 2010, p. 11).

Entretanto, me amparo na informação obtida<sup>7</sup> de que na penitenciária estudada existe a presença de presas provisórias e das apenadas, em que essas circulam e convivem cotidianamente em mesmo espaço. Sem essa distinção exata do número de cada “categoria” de presas, permaneço tratando-as nesse sentido de maneira igualitária, mas reafirmando ter senso de suas particularidades e características enquanto sujeitos sociais. A forma adotada, quando se trata dessa nomenclatura, foi uma escolha que tive como propósito deixar a leitura mais clara e coesa. Resta-me, portanto, dizer que não me concentrarei em denominações jurídicas – as quais respeito – mas, sim, aos questionamentos que o meu objeto de estudo irá revelar no campo das Ciências Sociais.

Diante da limitação de conteúdos acadêmicos disponíveis, que pensem em uma lógica aprofundada da mulher inserida no sistema prisional brasileiro, nos faz problematizar o porquê dos estudos não levarem em conta, seriamente, os casos das mulheres criminosas e o seu encarceramento. Acredito que uma das discussões em que deve se questionar é a de um discurso hegemônico e dicotômico do crime repercutido culturalmente entre os sujeitos. Com propriedade, Butler (2017) vai dizer que o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes (Butler, 2017, p. 18) e o que nos faz pensar que para além de uma diversidade de mulheres existentes, elas estão em todos os lugares, inclusive, praticando crimes.

---

6 Cartilha da Pessoa Presa elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2ª edição, 2010. Documento disponível: <http://cnj.jus.br/images/programas/comecar-de-novo/cartilhadapessoapresa.junho.pdf>. Acessado em 07/08/2019

7 Durante a primeira visita realizada na Penitenciária Feminina de Campina Grande (11/07/2019) a diretora do espaço prisional confirmou a existência de mulheres apenadas (condenadas) e as que aguardam o julgamento da justiça.

Existem nomes reais como o de Anna Carolina Jatobá<sup>8</sup>, Suzane Von Richthofen<sup>9</sup> e Elize Matsunaga<sup>10</sup> que, em obras de formato livrorreportagem, foram descritas histórias de práticas violentas com a atuação e protagonismo de mulheres, pautando a criminalidade feminina, não somente no cenário midiático brasileiro, mas em suas próprias vidas. Esse resgate de informação se faz com o objetivo de enfatizar particularidades de mulheres que atuaram no crime, em perspectivas e objetivos diferentes, mas se apropriando de ações cercadas pela violência. Ainda que essas três mulheres tenham tido como punição a própria prisão, outras mulheres passaram por diversos processos punitivos.

Doravante, tenho como objetivo – nesse primeiro subtópico - mostrar os diferentes métodos de punição utilizados antigamente contra as mulheres, como eles funcionaram e quais as suas funcionalidades. Nos materiais consultados, o surgimento de cada método punitivo e/ou castigo não apresentavam paridade, revelando divergência de datas, por isso, me atentarei aos séculos e suas aproximações históricas. É possível que nem todas as formas de castigo, em grau intenso, tenham sido aplicadas exclusivamente às mulheres, mas farei tal esforço de não me tornar tautológica, principalmente priorizando a discussão da punição cometida ao público estudado.

Em uma perspectiva histórica e bastante longínqua, surgiram os suplícios, considerados formas de punição aplicadas aos corpos de pessoas condenadas. Foucault (2014) descreve em detalhes uma prática de suplício no século XVIII, em que um homem chamado Damiens foi obrigado a pedir perdão publicamente aos que ali se encontravam por um crime de parricídio. A descrição do ato violento pode ser considerada uma técnica que exerce uma espetacularização da cena, com efeitos de produzir uma quantidade de sofrimento no indivíduo, assim como outros modos de punir o sujeito, seja através da decapitação, esquartejamento, mutilação e outros instrumentos de tortura.

---

8 Anna Carolina Jatobá foi a mulher (na época, a madrasta) acusada de ter participado da morte de Isabela Nardoni, em 29 de março de 2008. A história completa do assassinato (e que chocou o Brasil) é contada em um livrorreportagem: PAGNAN, R. O pior dos crimes. Editora Record, 2018.

9 Suzane von Richthofen ficou conhecida por ter participado da morte de seus próprios pais. O caso ganhou repercussão e foi adaptado para um livro: FRANCHINI, R. Richthofen. O Assassinato dos Pais de Suzane. Editora Planeta, 2011.

10 Elize Matsunaga foi responsável pelo assassinato e esquartejamento do marido, o empresário Marcos Kitano Matsunaga, em 2012. O caso inspirou a escrita literária: FRANCHINI, R. Amor Esquartejado. A investigação do assassinato do executivo japonês. Editora Planeta, 2012.

Inserido na segunda metade do século XVIII, Beccaria (2014) quando objetivou problematizar as práticas coercitivas, e nominadas por ele de “sátira” e “vergonha” dos séculos passados, demonstrava ser contra as atitudes de violência coletiva. Na época do jurista, ele se indagou na obra *Dos delitos e das penas* respostas para perguntas como: “Qual a origem das penas, e em que se funda o direito de punir? Quais as punições que se devem aplicar aos diferentes crimes?”. Algumas reflexões direcionavam para o seu pensamento, que tinha a proposta de coibir o que fosse considerado incerto e obscuro, entre elas, a obscuridade das leis. Notoriamente, os filósofos [Beccaria e Foucault] contribuem para esse debate e terão suas teorias examinadas mais a frente.

Concorda-se com a ideia de que a punição era, em essência, um espetáculo público (Davis, 2018) e que tal prática não tinha dimensões de gênero. O exemplo acima, apesar de praticado com um homem, não isentava as mulheres dos processos de torturas. No século XVII, na Inglaterra, as mulheres consideradas conflituosas eram punidas com “mordaças”. O apedrejamento – prática que ainda existe em países do Oriente Médio e da África – era destinado as pessoas que cometessem o adultério, neste caso, prática considerada direta às mulheres. De todo modo, essas e outras práticas infligidas às mulheres, raramente, foram discutidas e aprofundadas por literaturas que envolvem o sistema prisional feminino brasileiro.

No século XX, em meados da década de 80, a produção audiovisual também buscou apresentar as formas de punição nos reformatórios femininos. Filmes como *Reform School Girls* (1986) que, em português, é conhecido por *Reformatório de Mulheres* narra o cotidiano de meninas e mulheres que tiveram caminhos desviados por atitudes “rebeldes”, e com isso acabaram sendo enviadas para um espaço físico de correção comportamental. Os perfis eram os mais distintos: mulheres lésbicas, que se envolveram em tiroteios e caíram nas redes do reformatório ou simplesmente ditas como adolescentes indisciplinadas. Nesse local, elas eram instruídas a trabalharem em casas de máquinas (com a produção braçal), seus corpos controlados pelo sistema e evangelizadas por uma voz oriunda de caixas de som instaladas em um panóptico que falavam de conversão e remissão dos pecados.

Assim como nesse produto cinematográfico, outras produções de exemplo o filme *Laranja Mecânica*<sup>11</sup> mostra enfaticamente a figura do criminoso e os métodos e estratégias adotadas pelo Estado em busca da ressocialização. O clássico serve de forma empírica para entender as estruturas do sistema prisional. O detalhe importante é que todos os métodos utilizados para o condicionamento dos corpos dos sujeitos, da época, eram utilizados com base na produção da ciência vigente. O objetivo era que essas pessoas fossem instrumentalizadas e modificadas para uma conduta desejável na sociedade, sem descumprir a ordem social.

Embora muitos nunca tenham adentrado os portões de uma penitenciária, as pessoas reproduzem o que veem por meio dessas imagens. Assim, esses meios visuais circulam um conjunto de imagens que, diretamente, influenciam na opinião da sociedade seja estereotipando (ou não) o sistema prisional, ao mesmo tempo, também penso que as imagens (a ação do fotografar) realizadas por fotojornalistas, tentando captar o silêncio, medo e a insegurança de presos dentro dos presídios, ao tentar resumi-las em imagens, é algo muito difícil<sup>12</sup>.

Além das produções cinematográficas, as obras científicas e literárias também buscaram detalhar o que acontece por trás das grades, a fim de que os leitores e demais interessados sobre o assunto, possam formular opiniões embasadas na realidade. Uma das obras que tive acesso, de maneira despretensiosa, foi o de Morais (2017). Dessa vez, não se tratava de um jornalista, médico ou apenado, mas eram palavras ditas por um agente penitenciário. Com ressalvas a termos utilizados de modo precipitado – o que revela um desconhecimento – na escrita do autor, como “homossexualismo” e “opções sexuais”, o agente descreve o dia-a-dia dos profissionais da segurança pública, as relações hierárquicas presentes entre os presos e outros fatores.

Esse ponto de vista, no caso, do carcereiro, faz parte das controvérsias tanto na conceituação quanto nas narrativas contadas dentro da prisão, revelando as distintas leituras que os sujeitos fazem do mesmo espaço. Apesar desse relato, a proposta da minha pesquisa, vai por outro viés: o de compreender as transformações do corpo feminino das mulheres apenadas de Campina Grande.

---

<sup>11</sup> Filme dirigido pelo cineasta norte-americano Stanley Kubrick, 1971.

<sup>12</sup> “Fotografar o silêncio é tão difícil / Fotografar o meu medo é tão difícil / Fotografar a insegurança é tão difícil”, versos da música ‘Queima minha pele’ do Baco Exu do Blues.

Outrossim, essas compreensões serão permitidas diante da imersão no campo, assim como a reflexão sobre o que é a conceituação da prisão na teoria e na prática.

Não somente no campo imagético, mas as punições, de modo geral, já revelavam tempos obscuros para os aprisionados. Antes das prisões, as mulheres do Período Medieval viveram processos de torturas corporais. A gaiola de ferro era um objeto utilizado na cabeça da mulher que falasse “demais”, pronunciasse palavrões ou qualquer atitude desviante. No caso do banco encurvado, homens e mulheres, mas com ênfase para as mulheres, deveriam sentar-se, e que também era uma punição como meio de humilhação. Outra punição recorrente, em meados do século XVI, eram marcas feitas com ferros nos corpos de mulheres prostitutas; a intenção era a de “marcar” essas pessoas com um ferro quente e, depois, expulsá-las das cidades. Com esse resgate de punições aplicadas às mulheres, percebe-se as fases em que os métodos punitivos foram aplicados e como o castigo era aplicado, em sua maioria, nos corpos dos condenados.

No Brasil, as mulheres vivenciaram uma dura realidade, que na obra *Holocausto Brasileiro (2013)* é equiparada ao que houve nos campos de concentração de Auschwitz. O Colônia era um hospital psiquiátrico localizado na cidade de Barbacena, em Minas Gerais, que apesar de ter a função social de recuperar vidas, na versão contada no livro, realizava, na verdade, um “assassinato em massa”. As mulheres grávidas conseguiam proteger a gravidez passando fezes sobre a barriga; apesar de sobreviverem, os bebês eram arrancados de seus domínios e enviados para orfanatos.

O perfil de mulheres encontrado nesse espaço eram mulheres filhas de fazendeiros que tinham perdido a virgindade e que, em razão disso, eram consideradas de comportamento inapropriado para o Brasil da época. Outro perfil eram o de prostitutas, esposas trocadas por amantes ou mesmo mulheres que contestassem a ordem da própria sociedade. Além de frio, fome, doenças, maus tratos e abandono, as mulheres – mas que também incluíam outros pacientes – recebiam “tratamento” com carga elétrica de eletrochoques. A sobrecarga dos choques não era suportada pelos pacientes em geral, resultando, em média, dezesseis mortes por dia.

Conforme se pode observar, ao longo desse texto, as formas de punição que recaem sobre as pessoas aprisionadas pelas teias da Justiça não foram extintas,



nem diminuídas em sua intensidade e abrangência. Na verdade, elas foram aplicadas para punir de maneira mais extrema aquelas e aqueles que por múltiplas razões se enredam nas tramas da criminalidade. Algumas realidades como a decapitação e a presença das pessoas em praça pública para aplaudirem tais atos, de fato, foram extintas. Entretanto, são nas instituições totais, fechadas e controladas rigidamente que o sistema exerce o seu poder pelo público aprisionado. Não obstante, reforço que a minha noção de poder compartilha também das concepções foucaultianas. Já que o autor vai entender o poder, não somente enquanto institucionalizado, mas como uma relação e prática, sendo disseminado por toda a estrutura social.

Essa perspectiva do poder é interessante, pois demonstra o poder enquanto algo real e que possui uma eficácia produtiva. Ao transfigurar para o espaço prisional, percebe-se que o poder também fabrica o tipo de ser humano, neste caso, mulher, necessária para o funcionamento da sociedade industrial (e capitalista), ou seja, mulheres que sejam obedientes/disciplinadas e que contribuem para a manutenção do espaço físico estando aptas a produzir/trabalhar. “E é justamente em aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo”, (Foucault, 1979, p. 16).

Dentro dos sistemas prisionais, a lógica do poder salta aos olhos. Longe de ser uma prática exclusiva dos dirigentes ou, melhor, diretores, as presas também são detentoras do poder, por entender que essas práticas são apresentadas em formas heterogêneas, em constante transformação. Por ora, mantém-se o raciocínio de que as prisões permanecem no século XXI, desempenhando funções em meio ao homem (usados, aqui, como sinônimo de sujeito e/ou indivíduo) como produção do poder. Adiante, novas nomenclaturas ajudarão o ‘amadurecer’ dessa compreensão analítica.

Na vida social moderna, Giddens (2002) oferece um vocabulário conceitual para compreender algumas categorias e que, nesta pesquisa, serão utilizadas como métodos de reflexão. Apesar de ter bastante discussão aproximada das teorias psicológicas, em que se apoia em pensamentos winnicottianos<sup>13</sup> e outros olhares,

---

13 Exercendo a função de pediatra, Donald Woods Winnicott desenvolveu sua psicanálise com base nas relações familiares entre a criança e o ambiente. Todo ser humano, de acordo com Winnicott, tem um potencial para o desenvolvimento. Entretanto, para tornar esse potencial como algo real, o ambiente se faz necessário. Inicialmente, esse ambiente é a mãe – ou alguém que exerça a função

me concentrarei ao pensar e pesquisar sociológico do escritor. Nessas definições, ele expõe o *casulo protetor* e a *segurança ontológica* e que, na medida do possível, serão aproximadas do objeto desta pesquisa. O *casulo protetor* também é citado como uma carapaça defensiva, isto é, o ambiente vital em que o sujeito obtém uma segurança pessoal.

A realidade prisional, de certo modo, pode trazer dúvidas em relação ao *casulo protetor*, pois embora eu julgue as celas como o *casulo protetor* de cada detenta – sendo importante entender enquanto um ambiente coletivo e não individual - essas definições só me serão confirmadas com a fala dessas mulheres. Por outro lado, quando deduzo minhas interlocutoras como mulheres que tinham (ou ainda tem) redes familiares, de amigos e vínculos profissionais, tudo isso, pode estar entre uma linha tênue e que vem a sofrer rupturas com o processo de aprisionamento. O *casulo protetor*, possivelmente, existe. Seja dentro ou fora dos presídios.

Quando imagino as celas enquanto *casulo protetor*, é por razões em se tratar de um espaço físico em que os indivíduos [as presas] podem utilizar como forma de dar continuidade aos assuntos cotidianos, assim, entendo que as celas também podem ser utilizadas como locais de descanso ou sono, trocas e processos de sociabilidade entre as presas, “fugas” quando as mesmas desejarem ficarem em suas próprias companhias bem como a produção para o dia da beleza<sup>14</sup>. Outra observação é que o *casulo protetor* pode ser rompido, temporário ou permanentemente, por fatores que venham a acontecer ou não, isto é, o próprio ambiente prisional pode proporcionar momentos de tensões, a todo instante, praticado pelo corpo de funcionários ou entre as próprias aprisionadas.

O arcabouço teórico do sociólogo é destacado, nesses escritos, como um aporte para pensar os elementos (seja o *casulo protetor* ou a *segurança ontológica*) que permeiam essas linhas tão distantes-próximas na vida contemporânea. O segundo elemento mencionado aqui, a *segurança ontológica*, é compreendida

---

materna – e apoiada especialmente pelo pai. Fonte: Breve resumo da psicanálise de Winnicott. Escrito pelo jornalista Guilherme Zanette.

14 A informação sobre o dia da beleza – momento em que as presas podem fazer as unhas, cabelos, maquiagem e outros processos que envolvem o uso de artefatos e de cosméticos – foi repassada pela atual diretora do presídio, datada na primeira ida à Penitenciária Feminina de Campina Grande em 11/07/2019.

enquanto sentimento que tem ligação com o inconsciente do sujeito e na crença de continuidades das coisas e pessoas.

Na obra, Giddens (2002) fala que a segurança ontológica é associada a infância, no momento em que a criança tem um vínculo forte com mãe e/ou pai e é necessária uma separação momentânea, por exemplo, na ação de sair para o trabalho e deixar os filhos em casa. Apesar dessa suspensão de contato, a criança tem uma *segurança ontológica* ou um ambiente de confiança desse retorno para com os pais. Fazendo um paralelo com a realidade das mulheres presas da Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, esse sentimento de segurança ontológica pode ser imaginado na previsibilidade das rotinas na prisão.

A *segurança ontológica* ainda pode ser pensada quando é chegado os dias de quartas ou os domingos, os dias em que os presídios estão movimentados. O primeiro dia é reservado às visitas íntimas e o segundo às visitas dos familiares. Embora exista essa ruptura do contato físico, em que as presas permanecem no espaço físico da prisão e os visitantes retornam para seus respectivos lugares, o sentimento da *segurança ontológica* faz com que essas mulheres despertem a satisfação do sentir-se seguradas, pois sempre – ou supõe que sim - terão os retornos.

As ações das presas dentro das instalações da penitenciária também podem estar ligadas ao sentimento da *segurança ontológica*. Caso haja algum tipo de ruptura nessas previsões – a exemplo de uma rebelião – isso atinge todas as camadas hierárquicas no espaço prisional e traz consequências de sentimentos como a ansiedade, inquietude e desconfiança entre os grupos, provocando assim, a quebra dessa possível segurança.

Por isso, uma das relações que reforçam a segurança ontológica são as relações de parentesco, que se aproximam e causam familiaridade fornecendo instrumentos básicos de proteção, segurança e que possibilitam o enfrentamento do medo. A criação de hábitos e práticas dentro do presídio, faz com que as presas saibam, antecipadamente, quais serão as tarefas do próximo dia. Essas ações criam uma consciência prática nessas mulheres de como elas devem agir (e sentir) minimamente asseguradas.



### ***Pode o campo te aprisionar?***

Começar o segundo subtópico com a pergunta “*pode o campo te aprisionar?*” é, naturalmente, curioso. Isso se dá mediante a minha trajetória de vida que, de alguma forma, cruza com a vida de outras presidiárias que circularam pelas cidades do interior da Paraíba. Inserida em uma família que carrega marcas de uma prisão de um jovem de apenas 25 anos de idade<sup>15</sup>, que acabou caindo nas tramas do tráfico de drogas, eu e todos os meus familiares maternos também estivemos aprisionados por um tempo. Uma prisão que não usou algemas ou tornozeleiras eletrônicas. A nossa prisão foi a de memórias.

Essa razão, de longe, me faz pensar que fui (e sou) privilegiada por ter tido a oportunidade de seguir por outros caminhos, me impulsionando, assim, a vontade em levar aos que desejam ler esses escritos, um pouco das histórias de mulheres que também caíram nas tramas da criminalidade. Uma das minhas inquietações, além do mais, foi a de que nunca consegui ter um diálogo franco e aberto com esse meu familiar, para entender o que, de fato, o levou a cometer tais atos delinquentes. Sendo assim, na condição de mulher – o que me faz ter certa facilidade em me aproximar de outras mulheres – penso que essas narrativas costuradas com as minhas, poderão fornecer amplitude na discussão da temática mulheres presas pensadas no campo das Ciências Sociais e das Humanidades.

Além da compreensão dos processos punitivos – o que também pode afetar, além do corpo, a psique do indivíduo – nas mulheres, ao longo dos episódios históricos, as formas de punir foram sendo modificadas, em que a prisão passa a ser o elemento-chave dessas mudanças. “A punição seria agora marcada por uma racionalização da pena de restrição da liberdade”, (Maia et al., 2017, p. 12). Com essa avaliação, sigo o debate, reconhecendo a forte influência de pesquisadores como Michel Foucault e Erving Goffman para o estudo das prisões – assim como para esse momento de análise.

As reflexões de Foucault (2014), na França, foram capazes de atingir toda a Europa Ocidental, a ponto de expandir os pensamentos foucaultianos até o Brasil.

---

<sup>15</sup> Na época, durante a defesa do projeto e qualificação, o meu familiar [que hoje cumpre regime semiaberto] tinha 24 anos, agora, ele completou 25. A maioria dos presos (30,5%) tem entre 18 e 24 anos. Fonte: Cadastro Nacional de Presos, 2018.

Ao comparar todos os métodos punitivos aplicados aos corpos dos condenados – com ênfase aos que foram possíveis de serem discutidos aqui - conclui-se que a ideia era a de interromper com essas vidas; do contrário, as prisões passaram a ter um objetivo diferente: o de privar esses sujeitos da liberdade, mas com a condição de causar uma profunda autorreflexão e solidão, enquanto um instrumento positivo de reforma (Foucault, 2014, p. 229). Com essa “nova” forma de punição, é diagnosticado a anulação da dor física. A figura do carrasco, cujo sujeito era responsável pela sentença de morte, é substituída por um exército de guardas, médicos, capelães, psiquiatras, psicólogos e educadores no sistema prisional.

Buscando compreender a prisão sob outras perspectivas, Sales Jr. (2012) ao escrever sobre o cárcere e a cidade, traz um emaranhado de informações, que contribuem na compreensão do que seja a prisão. Pensar a prisão a partir da própria cidade em que se vive é “[...] apenas um dos diversos mecanismos de segregação do espaço urbano, de organização dos fluxos nesse espaço, limitando os movimentos em seu interior”, (Sales Jr., 2012, p. 39). Essas percepções apresentam o sistema penitenciário enquanto espaço capaz de instaurar diferentes formas de controle social.

O modelo *arquitetônico panóptico* (ótico = ver + pan = tudo) de Bentham instituído nas prisões é um outro modelo compactado e classificado enquanto um dispositivo disciplinar. Foucault (2014) é capaz, de maneira lúcida e convincente, descrever a figura arquitetural, enquanto uma construção em anel e que no centro consta uma torre e que, além disso, faz de nós, leitores, pensarmos nessas repartições analíticas do poder.

A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (Foucault, 2014, p. 194). Assim, é visto no *panóptico* um estado consciente de que os presos (e presas) possam compreender essa constante visibilidade, assegurando uma ferramenta de poder, onde o efeito central da torre seria a de vigiar os movimentos corporais dos apenados em suas celas. A seguir, uma imagem que ilustra a torre central e o sujeito isolado em profunda reflexão:

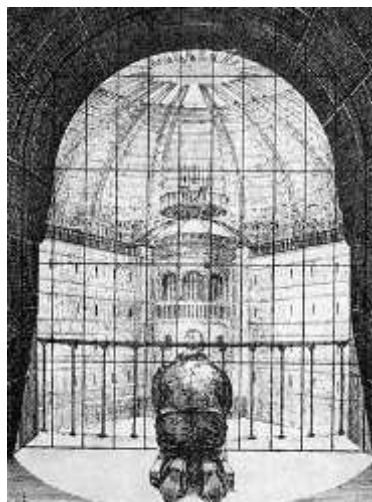


Figura 1: N. Harou-Romain. Projeto de Penitenciária, 1840. Um detento, em sua cela, reza diante da torre central de vigilância. Fonte: Foucault (2014)

Ainda que os panópticos sejam descritos dessa forma, traduzido para a linguagem da mídia de “guaritas”, a realidade prisional midiática paraibana aponta que essas torres construídas com o objetivo de vigilância, na realidade, não estão cumprindo com o esperado. Na matéria jornalística publicada no portal de notícias *ParaibaOnline*<sup>16</sup>, foi divulgado que somente algumas guaritas estariam funcionando corretamente, enquanto as outras estariam em estado precário, pondo em risco a segurança do presídio, dos agentes penitenciários, dos policiais militares e da população do entorno.

Atrelada às teorias, conjuntamente julgo necessário descrever acontecimentos observados (e depois anotados) em minha primeira visita ao campo. Naquela visita<sup>17</sup>, estive na condição de estudante ‘curiosa’, mas que ainda não era enxergada enquanto pesquisadora sobre o assunto. As informações que me foram repassadas, só tinham uma única versão: a da diretora do presídio. Como não estava, ainda, analisando o campo (ou estava?) pensei que o momento seria o de observar-ouvir-escutar absolutamente tudo. Confesso que uma das minhas maiores inseguranças era a de que, no primeiro contato, depois de retornar para casa, não conseguisse lembrar as informações. Para a minha surpresa, lembrei de muitas coisas. Eis que o meu campo começava a surgir.

---

16MPPB cobra providências sobre precariedade em guaritas do presídio do Serrotão. Matéria acessada em: 22/08/2019 <https://paraibaonline.com.br/2019/08/mppb-cobra-providencias-sobre-precariedade-em-guaritas-do-presidio-do-serrotao/>

17 A primeira visita agendada à Penitenciária Feminina de Campina Grande ocorreu no dia 11 de julho de 2019, às 15h.

Quando Goffman (1974) definiu o que eram as instituições totais e que entre essas definições estavam as prisões, eu pude entender o porquê desses espaços serem classificados como tal. A estrutura física do presídio é construída em formato de um prédio cercado de outras salas em que ocorrem atividades de determinado tipo. Na perspectiva goffminiana, toda instituição tem tendências de “fechamento” e que no caso da prisão, existem os portões largos e fechados, paredes altas e arames farpados (esse último item, não recorde em ter observado). Na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, o portão da entrada principal é pintado de preto e feito por material resistente, em que a única visão possível, para quem está do lado de fora, é uma espécie de abertura ocular onde os agentes penitenciários veem quem se aproxima.

Classificada em tipos, o terceiro tipo de instituição total traz uma peculiaridade, que é congruente as prisões, com o objetivo de proteger a comunidade contra perigos intencionais. Essas regras e classificações poderão ser observadas a partir de uma tentativa que farei, de agora em diante, em construir uma cartografia do lugar, situando os espaços físicos com descrições e detalhes vividos até então, acrescidos de teorias e dos desafios sociológicos e antropológicos. Embora as versões existentes do fenômeno “prisão” sejam extensas, ainda acredito que elas não conseguem explorar plenamente todas as histórias contidas nesses espaços, diante da mobilidade que possui, apresentando faces na História, no Direito, na Assistência Social e Psicologia, na Sociologia, Antropologia e no Jornalismo.

Ora, quando relembro a penitenciária visitada e o local em que ela se insere, no bairro do Serrotão, identifico os obstáculos para se chegar até o espaço destinado. No dia reservado, nós (eu e o meu orientador) nos deparamos com uma previsão climática inconstante, um céu azul claro cortado por uma chuva repentina, mas que diante de um trajeto realizado de carro, tiveram suas facilidades. É preciso dizer que algumas placas de trânsito inseridas na BR-230, nos causaram dúvidas e o caminho por contar com uma estrada de barro e lama, logo, em dias de pancadas de chuva, podia-se prever: missão difícil.

O fato é que, em meio a um acesso não tão fácil, as pessoas estão isoladas geograficamente. Fiquei imaginando como as famílias das detentas fariam para se deslocar até a Penitenciária, como disse, nada foi perguntado, pelo contrário, só

observado. Por outro lado, a minha imaginação já estava em outros lugares que o meu próprio corpo sequer tinha acesso. Apesar de não ter anotado absolutamente nada, deixei a penitenciária como Queiroz (2018) com sussurros mentalmente, feito mantras, para não esquecer exatamente o que tinha sido dito. O que coloquei em “xeque” foi que a nossa memória, em geral, carrega alguns lapsos e, por isso, algo se perderia. Apesar disso, eu estava tranquila de que o início do campo seria, então, apenas o que ficou memorável.

Na volta para a universidade, troquei algumas palavras com o meu orientador, o suficiente para me fazer pensar algumas coisas e preservar outras no meu imaginário. De todas as dicas que me foram dadas por ele, destaco a seguinte: *“Espere chegar em casa. Tome um banho e refresque a cabeça. Depois, em frente ao computador, escreva todas as anotações que te forem possíveis”*. Assim eu fiz, com o diferencial de que eu também gravei áudios em uma conversa – comigo mesma – no whatsapp. Nas gravações, eu pude perceber as sensações e interpretações provocadas pela minha própria voz naquele momento. Fora os cadernos de anotações, também conhecidos por diários de campo, os recursos tecnológicos, quando bem usados, podem servir de excelentes instrumentos de pesquisa.

Retornando ao conceito de instituições totais, é concebível que pensemos em um local em que todos os aspectos da vida – comer, dormir e trabalhar, por exemplo - são realizados no mesmo espaço e sob a vigilância de uma autoridade. No caso das penitenciárias, a vigilância ocorre através de distintos olhares: seja o da diretoria, dos agentes penitenciários e outros profissionais que venham a existir no lugar, assim como as câmeras de segurança e panópticos. Dentre outras características elencadas por Goffman (1974), a ideia a seguir, resume sucintamente a denominação das instituições totais, discutidas até o momento.

O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas – seja ou não uma necessidade ou meio eficiente de organização social nas circunstâncias – é o fato básico das instituições totais (GOFFMAN, 1974, p. 18).

Para realizar esse estudo analítico, optei por seguir os caminhos das presas da Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, localizada a 131, 7



quilômetros de distância de João Pessoa, capital do Estado. A pesquisa sob um viés antropológico, busca realizar uma compreensão dos impactos e transformações do cárcere no corpo das interlocutoras a serem selecionadas. Incitar questionamentos entre as minhas entrevistadas, diante das marcas e transformações de si, e obtidas durante as vivências na penitenciária, faz parte dos desafios previamente deduzidos.

Além da localização geográfica, a Penitenciária conta atualmente com a instalação de 93 presas<sup>18</sup>. A capacidade máxima de presas, funcionários e número de celas não são de minha recordação, já que foram tantas coisas a serem observadas em um único dia e no espaço de 01h30 de visita, aproximadamente. O que lembro enfaticamente foi a diretora dizer o número (93) de presas era superior a capacidade máxima e permitida no presídio. Essa realidade de superlotação nos presídios<sup>19</sup> é diagnosticado nos mais distintos ambientes de encarceramento. Os últimos dados publicados pelo Levantamento Nacional da Infopen Mulheres<sup>20</sup> são do ano de 2016, e de lá para o atual momento, se percebe uma desatualização dos dados estatísticos do Sistema Penitenciário Brasileiro Feminino.

O documento aponta que, em 2016, foram registradas 42.355 mulheres que compõem a População Prisional Feminina. O Brasil se encontra em quarto lugar dos doze países que mais encarceram pessoas em geral no mundo, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, China e Rússia. A lista segue com a Tailândia, Índia, Filipinas, Vietnã, Indonésia, México, Mianmar e Turquia, sequencialmente. Na população carcerária feminina, o Brasil está em quinto lugar, já sobre o número de mulheres encarceradas por Unidade de Federação, São Paulo é o Estado com o maior número de presas (15.104); a Paraíba concentra o total de 615 aprisionadas.

O documento ainda revela um perfil prisional feminino no Brasil, com as seguintes características: em sua maioria são jovens, consideradas até 29 anos,

---

18 É importante destacar que o número é variável, já que no presídio existe uma alternância de presas sem julgamento (provisórias), condenadas e as que respondem crimes em regime semiaberto. Esse número de presas foi informado no dia da primeira visita: 11/07/2019.

19 Superlotação aumenta e número de presos provisórios volta a crescer no Brasil. Notícia acessada em: 29/07/2019

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/26/superlotacao-aumenta-e-numero-de-presos-provisorios-volta-a-crescer-no-brasil.ghtml>

20 Departamento Penitenciário Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Documento disponível na internet: [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf) Acessado em: 29/07/2019

segundo classificação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013)<sup>21</sup>. No que diz respeito ao item raça, cor ou etnia, 62% da população prisional feminina é composta por mulheres negras. É oportuno destacar que, no documento, há uma constatação da lacuna de dados com recortes de gênero, reforçando a leitura que os estudos de mulheres nas prisões apresentam especificidades significativas do próprio grupo.

A lacuna – que pode apontar o desinteresse por parte de alguns (ou muitos) em junção com a invisibilidade das mulheres dentro dos presídios brasileiros - me resgata à memória o livro da Nana Queiroz, “*Presos que menstruam*”, cuja obra vai relatar a história de mulheres, desde os episódios que as levaram à cadeia até o cotidiano no cárcere. Em uma das histórias contadas sobre a primeira penitenciária feminina do Brasil<sup>22</sup>, Queiroz (2018) chama a atenção para a criação de uma casa destinada não somente a criminosas, mas também a prostitutas, moradoras de ruas e mulheres “desajustadas”, o que relembra os tipos de punições sofridas pelas mulheres dos séculos passados. Nos diálogos descritos por Nana, e que já explicam o porquê do título, um deles, merece o devido destaque:

O que eles chamam de presídios mistos são, na verdade, presídios masculinamente mistos. [...] Se não tem onde colocar mulheres, as botam no castigo, ou seja, o pior lugar da cadeia. Até a estrutura dos prédios é feita para homens. Os banheiros, por exemplo, são os chamados “bois”, ou seja, buracos no chão. Imagine uma grávida se agachando num lugar destes? Num presídio com trezentos homens e dez mulheres, quem você acha que vai trabalhar e estudar? Quem vai ter horário de banho de sol? A minoria? Os espelhos são uma lâmina onde elas se veem completamente deformadas. Imagine passar cinco ou seis anos se vendo assim e sem nunca observar seu corpo inteiro? Como você vai se imaginar? (QUEIROZ, 2018, p. 133).

Essa e outras realidades prisionais podem ser diagnosticadas em pesquisas anteriores que buscaram de forma ampla e sistemática estudar o fenômeno prisão, que através de trabalhos de campo, procuraram entender a habitação, comportamento e os mecanismos sociais utilizados por esses sujeitos aprisionados. Dessa forma, buscarei discutir três estudos dos pesquisadores Vanderlan Silva (2008), Luciana Oliveira (2012) e Vanusa Silva (2014), cujas pesquisas foram

---

21 Lei nº 12.852/2013 disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>

22 A Penitenciária Madre Pelletier, de Porto Alegre, foi a primeira penitenciária feminina do Brasil. Ela foi fundada somente em 1937, e não pelo Estado, mas por freiras da Igreja Católica. Mais detalhes na obra *Presos que Menstruam* da jornalista e escritora Nana Queiroz.

resultados de mestrado e doutorado, respectivamente. A partir dessa explanação, apresentarei as aproximações e distanciamentos com relação a esta pesquisa acadêmica.

Na pesquisa de Silva (2008) o objetivo foi centrado nos presos do Complexo Penitenciário do Serrotão<sup>23</sup> em Campina Grande, de modo que seriam investigadas as relações construídas pelos presos dentro do ambiente prisional. É semelhante a pesquisa citada, de que a história da minha pesquisa começa a ser construída antes da aplicação das entrevistas e contato direto com as presas. A primeira (e única) visita foi capaz de proporcionar *insights* e que após conectados com as teorias, seria me permitido amadurecer e avançar nas discussões.

Assim como Silva (2008) e tantos outros pesquisadores que decidiram estudar as prisões, me foi exigido uma autorização judicial<sup>24</sup> para ter acesso completo ao presídio. A aglomeração de documentos que são exigidos, os contatos por e-mails que não são respondidos de imediato e a disponibilidade dessas autoridades em me receber, nitidamente, estão entre os grandes desafios que eu tenho vivenciado. Embora o caminho sugerido tenha sido esse, analiso novas possibilidades de entrada no campo de pesquisa cuja escolha será revelada em breve.

Ao transcorrer da pesquisa, o autor conseguiu identificar que os presos com as maiores penas coincidentemente (ou não) apareciam nas histórias como líderes de grupos no interior da penitenciária (Silva, 2008, p. 49). Esses casos de posturas de lideranças dentro do crime também foram observados nos estudos de Oliveira (2012) em que mulheres distintas, apoiadas nas práticas ilícitas, apresentavam características próprias e cercadas por uma “marca” da condição juvenil. A estudiosa conseguiu observar que, na leitura das presas, o que seria o ‘estar’ jovem:

---

23 Em Campina Grande, existem quatro unidades prisionais: Penitenciária Regional de Campina Grande Raimundo Asfora (Serrotão), Penitenciária de Campina Grande Jurista Angello Amorim (Monte Santo), Penitenciária Regional Padrão Campina Grande (Máxima) e a Penitenciária Feminina de Campina Grande. Os dados confirmados são da Associação Agentes de Segurança Penitenciária do Estado da Paraíba (AGEPEN-PB).

24 Em pesquisas realizadas em presídios, existe uma série de trâmites que devem ser seguidas como o contato prévio com a Gerência Executiva de Ressocialização da cidade/capital da região pesquisada, bem como documentos – certidões de nascimento, antecedentes criminais, etc - que comprovem uma ficha cadastral em comum acordo com a lei.

Diante dessas questões e reportando às jovens aqui pesquisadas, o que se vê é a positividade que as interlocutoras dão à sua condição etária, apoiando-se nessa fase da vida em que se encontram não só para justificarem suas habilidades na vivência da violência e do prazer pelo risco, mas também, para visualizarem outras possibilidades ilícitas, mesmo com as situações de apreensão policial ou de encarceramento em que possam encontrar-se temporariamente. [...] parece posicionar suas condições etárias, a partir da valoração de uma boa vida e, por mais que ocorram interrupções dessa vida, não é o fim de tudo, mas sim, um meio momentâneo, uma consequência entendida quase que como natural, decorrente de suas atividades. E, por mais que se lamente o erro de terem sido pegadas, a situação enfatizada em seus relatos é a de que valeu a pena e que, em seguida, poderão retomar seus projetos na ilicitude, com mais habilidade, destreza e cautela. (OLIVEIRA, 2012, p. 173).

Sem desconsiderar a característica marcante da juventude no perfil das mulheres presas, apresento a pesquisa de Silva (2014) juntamente interessante, pois para contar as histórias das presas, na época, do presente, ela revisitou o passado. O envolvimento das mulheres com diferentes crimes (roubos, assaltos, tráfico de drogas, homicídios e outros) foi um caminho escolhido para refletir sobre as mudanças históricas, sobretudo no movimento feminista, e como esses avanços podem (e tem) relação com a realidade das interlocutoras. Mulheres que foram afetadas por famílias reconfiguradas, sem a presença paterna, o próprio enfrentamento da maternidade na condição de mãe solo e os impasses no mercado de trabalho.

Outro destaque que deve ser dado é para a presença feminina enquanto colaboradoras em organizações criminosas que funcionam dentro do sistema penitenciário brasileiro. Um caso que ficou na memória foi o surgimento do Primeiro Comando da Capital, o PCC. Entre diversas lideranças e figuras participativas, destaco a de Sueli Maria Rezende, conhecida como a Mãezona. Ela era responsável pela mentoria das centrais telefônicas, na prática, era Mãezona quem fazia uma teleconferência, isto é, promovia uma chamada para outra. O cargo foi batizado pelo PCC de “operadora”<sup>25</sup>. O que deve ser notado é a importância da função executada por uma mulher, em meio a grupos predominantemente masculinos, já que a

---

<sup>25</sup> Para saber mais detalhes dessa história, consultar a obra CHRISTINO, M. S; TOGNOLLI, C. Laços de Sangue: A história secreta do PCC. São Paulo, 2017.

comunicação telefônica sempre foi uma das maneiras que faziam girar a organização dos grupos criminosos.

Seguindo os passos desses pesquisadores, acionados no texto, e que me serviram de inspiração para pensar muitas questões em torno das mulheres nas prisões brasileiras, friso que todas as reflexões foram (e são) importantes, mas que existe um limite, já que todas as pesquisas científicas são feitas por meio de recortes espaciais e temporais. Fiz um exercício escrito de explorar sobre o processo histórico evolutivo das punições e a função da prisão. A partir de então, sigo com inquietações e que terão nas próximas páginas dedicadas o seguinte estímulo: as transformações corporais das presas, enquanto campo político e onde as relações de poder tem alcance imediato sob o mesmo.



### ***O corpo é nosso***

Ao considerar quais os impactos que o cárcere pode provocar na vida das mulheres presas, certamente um dos assuntos que podem surgir no imaginário social são os corpos. Na prisão, diferente dos espaços convencionais, as mulheres sofrem limitações de acesso à alimentação, vestimentas, maquiagem e uso de produtos de higiene pessoal, assim como produtos da indústria farmacêutica e cosméticos em geral. Essas circunstâncias provocam alterações na corporeidade humana e por isso, enxerga-se a significância de compreender melhor essas transformações nos corpos femininos quando submetidos ao aprisionamento.

Partindo dessa reflexão, vejo como pertinente lançar algumas indagações: *Quais são as mudanças corporais que a mulher enclausurada tem a partir do processo de internamento? Que cuidados básicos (e de sobrevivência) são possíveis de se estabelecer com a matéria física corporal no espaço da prisão? Que características são observadas nas mulheres a partir de cuidados com o corpo? Qual a frequência (e presença) do serviço de cuidar (medicina, nutrição, psiquiatria, odontologia) no corpo físico aprisionado?* As respostas para esses questionamentos poderão ser reveladas no campo, pelo próprio objeto pesquisado – as mulheres presas – ou mesmo com atentas observações na teoria.

Quando imagino os corpos individualmente de cada mulher presa da penitenciária estudada, penso que para a sociedade, a prisão é imaginada enquanto espaço físico que segrega esses corpos da sociedade comum. De outra parte, supõe-se que as presas devem vivenciar experiências em que o seu corpo é o próprio “lar”, já que lá [a prisão] é um ambiente capaz de proporcionar vivências coletivas e solitárias, sobretudo, com pessoas presas desconhecidas. De agora em diante, a categoria corpo será auxiliada teoricamente por autores como David Le Breton, Marcel Mauss, Michel Foucault, Erving Goffman e Pierre Bourdieu.

Le Breton (2012) tece um comentário sobre dados da sociologia aplicada ao corpo, que acredito ser favorável destacar: “[...] não se deve nunca esquecer da ambiguidade e da efemeridade de seu objeto, a qualidade que possui de incentivar questionamentos muito mais que de constituir fontes de certeza”, (Le Breton, 2012, p. 33). Destaco esse trecho por demonstrar que o corpo será um caminho de possibilidades para assimilar os impactos que as prisões tiveram (e tem) na vida dessas mulheres, contudo, jamais o de encerrar os múltiplos significados da prisão e dos corpos.

Mauss (2003) foi um outro autor que se disponibilizou a falar sobre as técnicas do corpo, seguindo por caminhos pelos quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo (Mauss, 2003, p. 401). Essas técnicas podem ser pensadas a partir de uma dimensão em que cada sociedade desenvolve práticas de hábitos próprios e regras pré-estabelecidas. Para explicar sobre essas técnicas, o autor diz que a ação de nadar era uma atividade específica de determinada sociedade, que os povos polinésios não nadavam iguais comparados a outra geração e assim por diante. Eis, portanto, o que o autor vai classificar, em sua geração, de uma técnica específica do mergulho e outra educação do mergulho. Quer dizer, primeiro, só ensinariam a mergulhar depois de ter aprendido a nadar e somente após de ter aprendido a mergulhar, era dito para fechar os olhos e depois abri-los dentro d’água. De acordo com o autor, as novas gerações aprendem a técnica de forma inversa.

Essas diferenças mostram como a utilização e práticas corporais podem variar entre gerações e grupos sociais. Penso nos corpos das presas na perspectiva de ser um local de propriedade individualizada, capaz de manifestar diferentes escolhas e que podem gerar reflexos na dinâmica organizacional do presídio. Para

compreender melhor tal afirmação, trago uma situação vivenciada por mim, na primeira visita realizada na Penitenciária Feminina. Quando convidada a conhecer o corpo físico do presídio, eu juntamente com o meu orientador e a diretora, passamos pelo pátio e andamos um pouco até chegar nas proximidades da cozinha. Lá estavam as presas. Algumas na posição vertical (“de pé”) e outras sentadas, no entanto, todas nos observando.

Ligeiramente, percebi que algumas eram tatuadas. E é exatamente nesse ponto, onde reside uma percepção pessoal de minha parte. Ao passar próximo delas, observei discretamente que algumas olharam para as minhas pernas – e que também contém tatuagens. Naquele instante, imaginei a curiosidade delas para tentar decifrar o desenho, mas, acima disso, que a tatuagem poderia ser interpretada como um código em comum entre nós [eu e elas] e também um símbolo de afinidade (ou pertencimento) a um grupo de pessoas que curtem a prática de se tatuar; de que nós poderíamos minimamente nos sentir próximas, já que os nossos corpos eram marcados por tatuagens, mesmo que por desenhos, frases e significados diferentes.

Logo, reconhecer que tanto o meu corpo como o delas continham essas marcas tatuadas na pele, proporcionou um tipo de reflexo nessa convivência, mesmo que de forma silenciosa, já que as palavras foram substituídas por olhares. Na tese de doutorado de Oliveira (2010), a pesquisadora buscou analisar sobre a linguagem como prática social da Penitenciária Estadual de Parnamirim, no Rio Grande do Norte. Com o recorte de apresentar os repertórios linguísticos construídos no sistema prisional, ela expõe de maneira sucinta diferentes tipos de tatuagens feitas entre homens presos. Em alguns casos, os presos já chegaram na prisão com essas marcas; noutros, eles próprios fizeram o trabalho artesanal em tatuar suas peles na prisão.

O que acho pertinente destacar do estudo realizado por Oliveira (2010), foi a atenção de perceber que para além dessas tatuagens possuem efeitos de sentidos e significados, isto é, os códigos, que podem mandar recados, definir o grau de periculosidade de cada preso ou até mesmo por uma escolha estética, ela classifica que a tatuagem no sistema prisional masculino é apresentada, em grande maioria, como “um código fechado, sendo produzido para ser lido/codificado pela população carcerária”, (Oliveira, 2010, p. 230).

Das mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina de Campina Grande, pude perceber que mais de uma presa tinha tatuagem no corpo, todavia, não me foi possível verificar quantas presas seriam como também o número de tatuagens espalhadas pelo corpo. Assim, a partir das narrativas que terei acesso, seja através do dito ou não-dito, do discurso ou do visual, as tatuagens também poderão ser caminhos para contar histórias e comunicar algum tipo de mensagem, impactadas no processo de aprisionamento das mesmas.

Partindo do pressuposto de que as tatuagens são formas de comunicação e que podem me levar a compreensão da dimensão do corpo na prisão, espero conseguir ter a atenção e cuidado com minhas interlocutoras, como Villota (2006) teve com os seus entrevistados. É que o pesquisador ao entrevistar uma jovem guerrilheira colombiana, sobre questões pertinentes ao seu campo como a ideologia do grupo de guerrilheiros, e outros tipos de aspectos de vida guerrilheira, notou que a jovem respondia apenas com palavras monossilábicas, demonstrando o desinteresse por tais questionamentos. Foi a partir da pergunta “*na guerrilha, você se apaixonou?*” que o pesquisador conseguiu acessar os bastidores da vida afetiva dos guerrilheiros, como eles lidavam com os afetos no interior das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Notadamente, os nossos objetos não dialogam, muito embora tenhamos escolhas teórico-metodológicas semelhantes, mas é a condução da pesquisa que me interessa destacar aqui.

Tenho a clareza de que definir quais as perguntas norteadoras, junto ao problema e hipótese da pesquisa fazem parte do desafio constante acadêmico. De todo modo, essa breve discussão sobre as tatuagens poderá me ser útil para adentrar na vida dessas mulheres, compreendendo os reflexos dessas marcas nos corpos femininos. Os grupos de presos que ousam na fabricação de suas próprias tatuagens dentro dos presídios, exemplo dado no estudo de Oliveira (2010), mostram que mesmo com as forças de poderes existentes no local (da direção), eles também são detentores do próprio poder, produzindo com recursos próprios (e improvisados) os instrumentos mínimos para o específico trabalho. Com essa constatação pode ser relacionada com a visão foucaultiana, de que o poder circula nas relações sociais.



O corpo enquanto objeto de investimento, passa por uma série de limitações, proibições ou obrigações (Foucault, 2014, p. 134) que também sofre um processo coercitivo. Sobre coerção social, Durkheim (2004) vai dizer que o indivíduo que desejar ir contra as leis estabelecidas pelo direito, pode até tentar ir na contramão dessas regras, mas sofrerá com tal decisão. “Estes tipos de comportamento ou de pensamento não são só exteriores ao indivíduo, como dotados de um poder imperativo e coercitivo em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, quer não”, (Durkheim, 2004, p. 38). Por isso, que o debate envolvendo os corpos dóceis teve tanto interesse e repercussão no século XVIII. As prisões seriam o espaço em que esses corpos seriam não mais mutilados, mas docilizados. O corpo dócil pode ser entendido da seguinte forma:

[...] É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. (FOUCAULT, 2014, p. 134-135).

Dessa forma, os métodos punitivos que, vagarosamente, passam a ser extintos e transformados em uma realidade vigilante e monitorada pela prisão, tendem possibilitar caminhos de análise até chegar ao debate sobre o corpo feminino no sistema prisional. Corpos que podem ser marcados por tatuagens (ou não), cicatrizes e memórias que poderão ser acessadas ou até mesmo identificar a não existência desses itens visíveis na corporeidade humana. A partir de então, navegarei por reflexões que envolvem as instituições disciplinares como exemplo: as escolas, quartéis, prisões, reformatórios, e hospícios/hospitais psiquiátricos. Pelo motivo desta pesquisa ser as mulheres que estão inseridas em processos de aprisionamento, a discussão ficará restrita a essa única instituição.

Nas sociedades ocidentais, a questão de Foucault sobre a disciplina dos corpos também envolve um debate sobre controle, pois além da organização interna da prisão conseguir moldar e produzir corpos eficazes, destacarei técnicas disciplinares – que foram teorizadas pelo autor – vistas na Penitenciária Feminina pesquisada e que aplica a outros modelos de prisões no Brasil. Esses métodos são intitulados de disciplinares pois a partir do controle dos corpos de presos, é possível

impor-lhes uma relação de docilidade-utilidade, mas que se distancia do que foi a escravidão, domesticidade e a vassalagem. É possível produzir corpos, que mesmo presos, se tornam mais obedientes e úteis e vice-versa.

Quando se pensa que a disciplina permite a presença de um local heterogêneo a todos e fechado em si mesmo, é possível fazer um diálogo congruente das técnicas disciplinares de Foucault, refletindo sobre esse espaço descrito pelo autor, com o entendimento de instituição total de Goffman, já discutido no tópico anterior. É considerável olhar para os dois autores, paralelamente, pois eles conseguem dialogar sobre o assunto, em sentidos complementares, quando o assunto é a prisão. Além da primeira técnica destacada, a *cerca*, pode-se pensar no princípio da *clausura*.

O sistema prisional, isto é, a realidade dos presos em geral, vai mostrar que esse tipo ideal de cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar, um indivíduo, não se procede exatamente assim. A superlotação dos grupos de pessoas presas é prática recorrente nos presídios brasileiros, o que deve se estender à Penitenciária Feminina de Campina Grande. O mais perto que me foi permitido chegar, foram das grades das celas. Consegui observar alguns lençóis usados de forma improvisada e, segundo a diretora, as presas tinham o seu próprio colchão.

Ao passarmos pelo espaço reservado para as celas, lembro da diretora dizer: “*Estão todas vestidas?*”, e aí percebo que é necessária uma certa atenção de separar o que pra mim é o campo de pesquisa e pra elas [as presas] é a vivência cotidiana. Outro destaque, também, é que a minha própria corporeidade marca um distanciamento e diferença com os corpos das minhas interlocutoras. Por mais que eu tenha tentado usar trajes comuns como calça, blusa e tênis, a minha aparência pode revelar diferenças que as mulheres presas não vivenciam.

A minha interpretação de que a penitenciária vive uma realidade de abrigar mais presas do que a capacidade permite é baseada na afirmação da direção, ao dizer que o número de 93 presas, ultrapassa a capacidade máxima que é orientada a ser seguida. As técnicas foucaultianas também partem do princípio de evitar as distribuições por grupos, evitando possíveis confusões. No primeiro contato, a diretora informou que isso – rebeliões, tumultos ou grandes confusões - não eram atitudes corriqueiras na Penitenciária Feminina. Das vezes que ocorrem conflitos entre as presas, a pauta é sempre a mesma: relacionamentos.

Em conversa informal com a diretora, recorro ela dizer: “*Quando elas se desentendem, é por causa de namoros. Ciúmes. Sabe como é mulher, né?*”, sequenciando uma risada. Na verdade, o que percebi foi uma fala de uma representante do Estado que mais disse o que ela deduzia, do que necessariamente poderia, de fato, acontecer. Não descarto essa possibilidade, mas pensemos da seguinte forma: seria correto afirmar que as mulheres encarceradas brigam somente por fatos e casos amorosos? Não seria essa uma visão reducionista da presa? Mais adiante, uma das interlocutoras que conversei dirá o contrário. É que para se desentender, basta ter uma opinião diferente.

O corpo físico da Penitenciária Feminina estudada é relativamente pequeno. Isso pode ser avaliado como positivo, pois para o cumprimento dessa técnica, uma das características também é a de saber onde e como encontrar os indivíduos. A possibilidade de controlar e vigiar os corpos das presas, em um espaço prisional pequeno, facilita o trabalho corporativo, que já dispõe de poucos agentes penitenciários<sup>26</sup>. A regra das *localizações funcionais*, seria um espaço destinado à vigilância e de utilidade. Apesar de Foucault, na época da obra escrita, dizer que esse processo aparece claramente nos hospitais, principalmente nos hospitais militares e marítimos, arrisco dizer que consegui identificar isso, no primeiro contato, já nas prisões.

Na Penitenciária Feminina, existe uma sala em que as presas têm a possibilidade de estudar. Não obtive a informação de qual seria o nível de escolaridade delas e nem quantas participam da atividade, mas no quadro branco percebi que as anotações eram de aulas de inglês e o conteúdo estudado era o verbo “to be”. Diferente das outras instalações, era uma sala bem iluminada, com uma pequena biblioteca, cadeiras conservadas e com ventilação. Conforme a diretoria, a sala tinha um aspecto mais novo e limpo, pois ficava sob responsabilidade de manutenção financeira das equipes do Centro de Cura do Rhema em Campina Grande<sup>27</sup>. Assim, a sala identificada aqui como *localização*

---

26 No dia da primeira visita, observei rapidamente três agentes penitenciários: dois homens localizados no portão principal, responsáveis pela entrada e saída de pessoas autorizadas no presídio e uma mulher que se preparava para realizar um trabalho externo.

27 Para conhecer mais sobre o projeto de estudos bíblicos, é possível acessar o site da instituição religiosa no link: <http://verbodavida.org.br/destaques/o-centro-de-cura-chegou-ao-sistema-prisional-em-campina-grande/> Acessado em 25/08/2019.

*funcional* atinge a função de diversos usos (sala para estudos bíblicos e atividades escolares).

Seguindo a sequência das técnicas disciplinares, os corpos dos indivíduos também são vistos de forma individualizada. Isto porque “[...] ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”, (Foucault, 2014, p. 143). É entendível esse ponto, quando se imagina que a atomização do indivíduo pode ser identificada nos prontuários. Naqueles documentos, as presas não são identificadas somente pelo nome completo, identidade e CPF, mas é uma extensão de informações do crime cometido, condições socioeconômicas da mulher presa.

Após essa explanação sobre as diferentes perspectivas de discutir a categoria corpo, acrescento as impressões de Bourdieu. Em uma de suas principais obras, *O poder simbólico*, o autor vai denominar o que é *habitus*. O *habitus* pode ser entendido enquanto uma interiorização das estruturas sociais, isto é, ele é incorporado através de mecanismos inconscientes. Apesar de não querer ser reducionista – com uma teoria, ao meu ver, de um cunho complexo – o *habitus* pode ser compreendido como um sistema de posições duráveis, já que o pesquisador acredita não existir uma separação do agente social e da estrutura social. O *habitus* é o “mediador” nessas duas áreas. Trago o conceito original em que diz:

[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a posição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o <<primado da razão prática>> de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses de Feuerbach* o <<lado activo>> do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do <<reflexo>>, tinha abandonado. (BOURDIEU, ano, p. 61)

Incorporando o conceito, o *habitus* é fruto das condições sociais em que vive o sujeito, por isso, as mulheres quando encaminhadas para o presídio, já são destinadas ao local, com suas pré-noções, gostos, vontades e costumes. Obviamente que todas essas particularidades são transformadas, mas o modo pelo qual (e como) ocorrem essas transformações estão ligadas também aos processos de subjetivações dessas presidiárias. Quando se é ensinado socialmente a distinção de homens e mulheres – o que não quer dizer a minha opinião, mas o que é

reproduzido entre as pessoas - como a maneira de falar, sentar, se comportar, essas ações marcadas pelo corpo, também perpassam por um diálogo marcante das questões de gênero.

*Mas, e na prisão, como essas mulheres se comportam? Qual(is) o(s) tipo(s) de estrutura(s) internalizada(s), isto é, o habitus, existente nesse grupo?* Inconscientemente, eu apresentei o sentimento de medo, no início, ainda na escrita do projeto. É que ao redigir o texto, lembrando de minha pesquisa com abordagem qualitativa, de abordagem etnográfica e que principalmente, seria o de entrevistar mulheres que estão em situação de privação de liberdade, o meu inconsciente reagiu de um jeito que eu não esperava, julgando: “*será se eu realmente estarei segura?*”.

O *habitus* da pessoa presa, da violência e do perigo, prenoções e reações das quais eu não esperava, vieram em meus pensamentos. É claro que todas essas construções partem de ideias reforçadas pela mídia e a sociedade civil. O outro lado, que faz parte do meu consciente, entende que o grupo de funcionários que prestam serviços para os presídios prezam pela vigilância e segurança do espaço físico, da vida dos que ali estão, inclusive, o de pessoas que decidem pesquisar naquele lugar.

Assim como as presas, eu, na condição de estudante e pesquisadora, tenho incorporações de *habitus* que vão sendo moldados e revelados, a depender das circunstâncias. Entretanto, acredito que para conhecer tais características, é necessária uma maior aproximação desses indivíduos, buscando compreender essas complexidades, o porquê e de onde elas surgem. Esses processos do *habitus* vão sendo modelados, seja por questão de adaptação, permanência ou sobrevivência. O inconsciente de cada ser diz algo, ao passo que o corpo através do *habitus* pode dizer outra. Afinal, como decifrar as transformações sociais (e corporais) desses grupos?

Com esse entendimento de que esses conceitos ou noções não são entendidos enquanto definições estáticas, apresento a noção de campo proposta pelo mesmo autor. Para Bourdieu, o campo não deve ser lido isoladamente do *habitus*, já que o campo é um “sistema” ou “espaço” estruturado de posições. Alguns autores como Catani (2011) fazem releituras dos métodos de trabalho do sociólogo, a partir da própria noção de campo. Apesar dessas reflexões serem genéricas, é

possível utilizá-las como modelos de aplicação ao objeto pesquisado. A interpretação de Catani é que o campo também é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam as diversas posições. Além disso, o autor também diz:

A cada campo corresponde um habitus (sistema de disposições incorporadas) próprio do campo (por exemplo, o habitus da filologia ou o habitus do pugilismo). Apenas quem tiver incorporado o habitus próprio do campo tem condições de jogar o jogo e de acreditar na importância desse jogo. Cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu habitus e sua posição no campo. (CATANI, 2011, p. 193).

Diante dessa reflexão do campo, entendo que o campo prisional é um espaço de relações que envolvem agentes protagonistas e expectadores das cenas do cotidiano na prisão. As práticas executadas entre as presas, por exemplo, podem gerar uma ideia de produção de ações e discursos que desejam ser legitimadas e respeitadas entre esses pares. No caso dos dirigentes, existe uma institucionalização do poder concentrada nesses grupos, que recaem por meio de regras e leis. Daí, percebe-se a relação dos dominantes e dominados.

Dos estudos que me inspiraram (e ajudaram) a construir esse primeiro capítulo da dissertação, destaco a pesquisa de Rui (2012), em que a pesquisadora faz uma análise etnográfica com um grupo de usuários de drogas, moradores na Cracolândia, em São Paulo. A partir da categoria de “noia” ela consegue identificar as aproximações dos corpos abjetos com a substância química, seus efeitos e causas e como essas relações estão imbricadas. Os usuários [...] observam, produzem, experimentam, escondem ou gerenciam sua deterioração corporal, que é real, ainda que, em muitos casos, reversível. Assim como os usuários e moradores de rua, as presas são marcadas por um estigma social. *Mas, que tipo de relacionamento se observa nas presas e seus próprios corpos? Seria uma relação de autocuidado ou definhamento corporal?*

Além dos construtores de teorias no âmbito acadêmico, acredito que os escritores literários podem (e muito) nos ensinar. Kafka foi/e é um desses ilustres escritores, que nos embala com a impactante *A Metamorfose*<sup>28</sup>. Por isso, faço a

---

28 KAFKA, F. A metamorfose. – [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

seguinte pergunta: *Como construir pontes dessa obra literária com a categoria das mulheres nas prisões?* Farei um esforço em apresentar algumas aproximações, que considero, dos ensinamentos kafkanianos com o objeto desta pesquisa. O primeiro deles, poderia ser a própria figura do monstro humano e os impactos refletidos nas relações sociais. Na escrita, Kafka vai apresentar o personagem fictício Gregor Samsa, que ao acordar em um determinado dia, se depara com a sua transformação corporal em um inseto estranhamente gigante e gosmento – o que, na leitura de alguns, seria uma barata.

O personagem vai sendo moldado, a partir dessas transformações corporais, o que reflete na sua rotina, na interrupção das idas ao trabalho e até mesmo nas leituras que a própria família de Gregor faz, a propósito, com repúdio ao que o protagonista se tornou, esquecendo a essência do indivíduo. Na cadeia, supõe-se que a essência dificilmente importa, já que lá, as pessoas são tratadas por códigos, números e tipos de crimes estampados nos prontuários.

A aparência física também está atrelada aos cuidados que cada sujeito vai ter com o corpo, mas que dentro do espaço prisional pode variar mediante as transformações e que diferem dos espaços comuns da sociedade civil. Gregório - que antes era um humano e agora um inseto – vai mostrar que embora tenha passado por um processo de transformação física, permanece com a mesma subjetividade enquanto sujeito. *Será se as mulheres presas também são lembradas e consideradas da mesma forma?*

Me interesse nesse debate, acrescentando doses da literatura de teóricos influentes do século XX, pois acredito o quanto eles podem nos levar para extremidades inimagináveis. Comungo da opinião de Albuquerque Jr (2007), que constrói caminhos pertinentes entre Foucault e Kafka, bem como demonstra propriedade científica na História e na Literatura. Todavia, o que desejo destacar é como o autor é fiel ao traduzir os escritos de Kafka e a sua relação com os corpos transformados, na linguagem kafkaniana, metamorfoseados:

A escrita de Kafka não é para entender, é para sentir. Gerar desconforto, causar incômodo, despertar o corpo vibrátil [...] Sua linguagem quer dar passagens a outras partes do corpo, a outros corpos metamorfoseados, a outros sentidos, linguísticos ou não, deixar o inconsciente maquinar outras conexões (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 77-78).

É claro que as discussões sobre a categoria corpo, assim como as outras duas categorias apresentadas, estão seguindo o seguinte percurso: seja os processos de punição, a prisão ou os corpos, conectados com as experiências femininas, não são todos iguais, quer dizer, cada grupo de pessoas deve vivenciar essas diferenças a partir de lugares e realidades distintas. E para seguir com o próximo subtópico, destaco que o meu exercício, até então, tem sido mais o de refletir do que o de encontrar respostas concretas ou o de “tomar um partido”, cujas histórias das minhas interlocutoras serão contadas no próximo capítulo.



### ***Deus é Mulher***<sup>29</sup>

Não é por acaso que inicio o quarto subtópico desse capítulo com a afirmação de que Deus é Mulher. É claro que utilizo da afirmação enquanto metáfora, se tratando de uma frase forte, talvez, com provocações aos grupos de conservadores. A frase usada no título, é inspirada em um álbum de canções musicais, usado em forma de poesia política. Busco, então, refletir e problematizar evolutivamente sobre a categoria de mulheres, voltado para o foco das mulheres nas prisões brasileiras. *Afinal, quem são essas mulheres?* Os dados estatísticos apresentados anteriormente já dão sinais desse perfil marcado socialmente no Brasil: mulheres em sua maioria jovens, negras, com baixa escolaridade, excluídas da educação e do mercado de trabalho.

As mesmas que sofrem com o processo de abandono, solidão e que, por vezes, se desdobram em papéis de mãe solo. De outro lado, existe o discurso jurídico que, independentemente de saber que existem mulher(es), as homogeneízam em dados. Neste momento, esses dados são utilizados apenas como subsídios por nos oferecer maneiras de compreensão desse e de outros discursos circulados na prisão. Entretanto, é preciso dizer que aos adeptos de

---

29 Deus é Mulher é o 33º álbum de Elza Soares, lançado em 18 de maio de 2018. O álbum tem a proposta do surgimento de uma era conduzida pelo poder/energia do feminino.



respostas objetivas, definir o que é “ser/sentir-se” mulher pode ser considerado de uma tamanha complexidade.

Digo isso, a partir da realidade em que se apresenta uma multiplicidade de trajetórias do ser feminino. Mulheres que estão nas ruas, no trabalho, no lar, em cargos de lideranças, na luta, no sindicato, nas empresas, na construção civil, nos protestos, no bar ou mesmo no crime. É difícil não falar das mulheres, sem mencionar as questões de gênero e as lutas feministas, já que a minha leitura é a de serem debates transversais, que dialogam e que impactam os movimentos, transformando os sujeitos participantes.

No campo da literatura, em 1931, a escritora Virgínia Woolf leu um texto que impactou um grande número de mulheres. A partir de suas próprias experiências profissionais, ela teceu comentários sobre profissões para mulheres. Em diversos momentos, ela relata fantasmas que a mesma teve que lidar – a propósito, matar – como “O Anjo do Lar”<sup>30</sup>. De maneira humilde, ela confessa não ter tido muitas dificuldades em seu caminho, já que outros importantes nomes (Fanny Burney, Aphra Behn, Harriet Martineau, Jane Austen, George Eliot<sup>31</sup>) haviam feito, de certa forma, esse trabalho. Entre as falas, destaco a postura desafiadora de Woolf: que além de matar um “fantasma” que a cercava durante o ofício da escrita, ao mesmo tempo, dizia ser impossível escrever sem ter opinião própria.

E, segundo o Anjo do Lar, as mulheres não podem tratar de nenhuma dessas questões com liberdade e franqueza; se querem se dar bem, elas precisam agradar, precisam conciliar, precisam – falando sem rodeios – mentir. (WOOLF, 2018, p. 13).

O posicionamento da autora faz um embate com o tipo de comportamento e perfil desejado das mulheres antigamente. Encorajar outras mulheres, a escolherem suas próprias profissões, estava entre os objetivos, certamente, da romancista. E diferentemente do que diziam os fantasmas do Anjo do Lar, as mulheres não recuaram na decisão de alçarem outros voos, além do próprio lar. Outras autoras

---

30 Trata-se de um poema de Coventry Patmore (1823-1896) que celebrava o amor conjugal e idealizada o papel doméstico das mulheres. Essa mesma nota é citada na obra de Virginia Woolf, “Profissões para mulheres e outros artigos feministas”.

31 Fanny Burney (1752-1840) escreveu romances e diários; Aphra Behn (1640-1689) foi poeta, romancista e dramaturga; e Harriet Martineau (1802-1876) escreveu sobre um amplo leque de assuntos.

também foram importantes nesse contexto da literatura, como por exemplo, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Ana Cristina Cesar, Cora Coralina entre outras. De longe, além de contribuírem para a escrita feminina dentro da literatura, elas discutiram e levaram distintos temas, provocados e debatidos pelo feminismo, tornando-os acessíveis para os seus leitores. A linguagem fez parte dos processos de liberdade e emancipação que as mulheres buscaram (e ainda buscam) ao longo dos anos.

Além das mulheres escritoras, destaco dois grupos de mulheres que tiveram outras vivências: as indígenas e as ciganas. Estas fazem parte de grupos que sofreram (e sofrem) processos de estigma social, ainda que em situações e proporções diferentes do passado. Por isso, introduzido o artigo de Fabiane Santos (2012), nessa discussão, para falar sobre as questões de gênero e primeiramente, do movimento de mulheres indígenas. A autora chama a atenção para a necessidade de reinventar antigas lutas, com a elaboração de novas pautas e bandeiras de luta. O movimento revelou que o corpo da mulher indígena teve um papel diferenciado dentro da lógica que permeia as relações no coletivo. O desconhecimento dessas mulheres é algo enxergado para além do senso comum, já que a invisibilidade se propaga nos veículos de comunicação, nos espaços de poder e cargos de chefia, nas mídias televisivas, impressas e online.

Diante dessas informações expostas, identifica-se que as condições das mulheres indígenas na cidade, por exemplo, são ditas como o maior problema enfrentado por esse grupo social. O “viver na cidade” e os seus desafios implicam em dificuldades na existência e permanência dessas mulheres; no texto, é enfatizado que o movimento das mulheres indígenas é diferente do defendido pelo movimento feminista, o que reflete em aproximações e distanciamentos desses grupos reforçando uma exigência e pluralidade de discussões para os diversos grupos de mulheres.

As mulheres ciganas fazem parte do segundo grupo citado que, historicamente, tem imagens e realidades que diferem de outras mulheres. Fernanda Amaral (2010) fez um levantamento histórico da aparição do povo cigano no Brasil, em 1574. A autora diz que os feminismos não deram atenção a essas mulheres, por isso, o artigo investigou trazer questões relacionadas a esse grupo, buscando estabelecer conexões entre os feminismos e a etnia cigana. As ciganas foram (e

ainda são) conhecidas pela prática da quiromancia, popularmente chamada como a leitura das mãos; assim como as indígenas, as ciganas enfrentavam dificuldades no tocante ao exercício da cidadania.

Por isso, Amaral (2010) diz que o feminismo é necessário como alternativa de visibilidade a situação das ciganas brasileiras. Concorde-se com a autora quando ela considera que existe um olhar estigmatizado que repousa nas mulheres ciganas e quão invisíveis elas estão pelos movimentos feministas. “O(s) feminismo(s) deve buscar entender o que significa ser uma mulher cigana no Brasil, para assim interpretá-la, analisá-la, e poder contribuir para desenvolver políticas públicas”, (Amaral, 2010, p. 176).

Com esses exemplos, avanço para algumas conquistas femininas – embora marcadas de tantos tristes acontecimentos – mas que não deixaram de existir. As mulheres alcançaram o direito ao voto feminino, oficialmente reconhecido em 1932. Outros avanços também foram significativos como o direito de casar e divorciar-se, assumir o “papel” de dona do lar e trabalhar ao mesmo tempo, assim como o de assumir postos importantes na política a exemplo da ex-presidente da República, Dilma Rousseff. A partir dessas afirmações, é visto que as mulheres deixaram de ocupar somente o espaço privado e passam a exercer atividades no espaço público. Todas essas conquistas tiveram impactos e transformações com as ondas do movimento feminista.

A presença das mulheres no espaço público ocorreu por diversas formas e motivos. Existiram grupos seletivos de mulheres que frequentavam as ruas para estudar ou trabalhar, por exemplo, ao passo que outras mulheres também estavam nas ruas, mas cometendo práticas criminosas ou mesmo pelo porquê de a rua também ser moradia e sustentação, caindo seja nas tramas das drogas ou da prostituição. Busco, aqui, não tratar a mulher enquanto um sujeito universal, mas que ao utilizar o plural de mulher, no caso, mulheres, entendo que existem uma pluralidade de vivências e para não ser injusta, não é o meu objetivo minimizar nenhuma delas.

As próprias pautas reivindicadas nos movimentos sempre foram diferentes: as mulheres brancas lutavam, entre diversos exemplos, pelo direito à sexualidade e ao aborto, paralelamente, as mulheres negras buscavam condições básicas de sobrevivência. Por isso, respeitando essas diferentes trajetórias de mulheres,

brancas, pardas ou negras, pobres ou de classe média, me apoio no conceito de *interseccionalidade* discutido em Valéria Silva (2016).

Nessa compreensão teórica, as mulheres são entendidas enquanto seres sociais seja em uma esfera subjetiva quanto estrutural. E proponho pensar em uma *interseccionalidade* de mulheres e nas prisões, no sentido de considerar que minhas interlocutoras poderão apresentar significações sobre o que é ser mulher a partir de suas experiências e com diferentes recortes de raça, classe e gênero. Por isso, considero que o impacto da prisão na vida dessas pessoas é tão importante, pois me ajudarão a melhor elaborar essas compreensões analíticas, seja a partir dos discursos, do corpo, dos sentimentos.

Inicialmente, Silva (2016) traz um debate que vai da *interseccionalidade* ao movimento feminista, que também levantam questões importantes como: I) por que um movimento de e sobre a mulher é tão diverso na sua forma de conteúdo e II) considerando-se o movimento feminista um movimento social, como conceituá-lo dadas essas diversidades. Segundo a autora, é preciso pensar em uma não-universalidade da categoria “mulher”, isto é, reconhecer que existem muitas maneiras e modos de ser, sentir e se reconhecer enquanto mulher. As mulheres brancas, em sua maioria, vivem trajetórias de vidas diferente das mulheres negras. É importante ressaltar que, no texto, a mesma tece críticas ao modelo da mulher branca, classe média e educada, contrapondo que grandes contribuições – mas que se tornam esquecidas – vieram das feministas latino-americanas e caribenhas.

Assim, a autora contribui com o debate apresentando o conceito de *interseccionalidade*, enquanto um movimento social e do movimento feminista. Sucintamente, os movimentos sociais são formados a partir de uma identidade coletiva, ou seja, a construção de redes complexas que envolvem variados atores e interações. O feminismo é tido com um caráter multifacetado, moldando-se às realidades locais. Nas palavras de Silva (2016), o movimento feminista é, portanto, “uma rede que admite uma diversidade de discursos e práticas em torno do que se chama, genericamente, a causa das mulheres”, (Silva, 2016, p. 121).

Considerada a questão das mulheres enquanto uma categoria não-universal e marcadas por discussão interseccional, reflito que, de fato, as mulheres sofreram com processos de dominação, tanto na vida externa como posteriormente, no próprio sistema prisional, inclusive, no ato de decisão em que as mesmas levavam

drogas para os seus maridos, dentro dos presídios, e acabavam sendo presas por tal motivo. A partir de Bourdieu (2002) podemos afirmar que esse tipo de dominação é prática existente nas sociedades androcêntricas.

A questão da mulher encarcerada e as relações de dominação ainda existem por condizer com uma submissão do sexo feminino ao sexo masculino, o que legitima o modelo patriarcal. O patriarcado, neste texto, comunga da leitura de que é uma “forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem”, (Garcia, 2015, 16). No ambiente carcerário, esse modelo pode ser potencializado, sobretudo, nos presídios mistos, em que são destinados para homens e mulheres.

A escolha por pesquisas científicas que direcionam os diálogos da antropologia, dos estudos de gênero e do movimento feminista, fazendo diálogo com as mulheres das prisões brasileiras, apresentam uma dinâmica de construção de redes, produzindo efeitos nas pesquisas acadêmicas e que se externam no meio social. Miguel e Biroli (2014) vão reforçar que “[...] a história, a sociologia, a antropologia ou a psicologia feministas têm inegável caráter político”, (Miguel; Biroli, 2014, p. 7).

No caso do patriarcado, pensado por Garcia (2015), por ser visto enquanto a própria dominação masculina que o feminismo radical vai apontar como a opressão cometida contra as mulheres. Em tempos onde o poder privilegiado era o masculino, as feministas radicais concretaram bandeiras de luta no combate a esses tipos de opressões, sobretudo, no segmento da violência doméstica, estupros e casos similares. Além do feminismo radical, menciono que o movimento feminista desencadeou uma série de ondas como: o feminismo liberal, o feminismo marxista, o feminismo socialista e o feminismo pós-moderno.

Embora não seja foco aqui se aprofundar no movimento feminista e seus desdobramentos, o que se entende, é que esse debate teórico, foi compreendido por várias mulheres, de distintos recortes, trazendo-os para a prática da realidade social. Em decorrência dessas compreensões, observo a conquista do espaço público para as mulheres, que antes estavam somente no privado, passando a ter acesso (e por própria escolha) às duas esferas, público e privada. As vozes das presas me fazem pensar em caminhos abertos e fechados, em conversas que poderão ser construídas ao longo da pesquisa. Mulheres que, talvez, tenham leituras diferentes

das apresentadas aqui, do que é ser mulher, acima disso, uma mulher aprisionada. Entender essas narrativas, através das marcas da prisão, manifestadas também no corpo feminino, é o que se prevê nos próximos capítulos dessa dissertação.



### **III. O MISTERIOSO CAMPO DAS PRISÕES**

#### ***Fios e desafios do percurso metodológico***

Os relatos narrados anteriormente [das observações no espaço prisional], foram durante as visitas de conhecimento rápido e técnico. Após o primeiro contato pessoal com uma das diretoras, também tive a oportunidade de por telefone conversar com a diretora adjunta. Conversamos brevemente. Ela [a diretora adjunta] pediu o meu número e logo trocamos algumas mensagens relacionadas à minha pesquisa pelo whatsapp. Nas duas vezes que conversamos, o combinado é que eu deveria ir na segunda-feira (28/10/19) para o presídio e, assim, conversaríamos pessoalmente. Às segundas-feiras, talvez, por ser o primeiro dia (útil) da semana sempre tem “cara” de começos. E foi com essa ideia que segui para o Presídio Feminino.

O primeiro dia de pesquisa já me deixava um ensinamento: em pesquisas afastadas dos centros urbanos, é importante que a pesquisadora tenha definido estrategicamente como ir e voltar. Saí de minha casa por volta das 14h, viajando com uma motorista de aplicativos. Ela, assim como eu, não sabia exatamente como chegar ao presídio. A motorista por nunca ter ido para lá e eu por não saber explicar o caminho. Mas nada impossível para seres humanos que fazem parte de um mundo tecnológico, com isso, o GPS foi o nosso guia e assim chegamos ao destino final.

Ao chegar no presídio, eu já sabia do ritual: três vezes o “toc toc” naquela porta imensa de ferro e esperar que alguém viesse me atender. A novidade é que não era o mesmo rapaz que me atendeu na vez passada. Esse tinha expressões

simpáticas e permitiu a minha entrada sem muita dificuldade. O problema é que o dia 28 é comemorado o dia do servidor público e, por isso, as dirigentes estavam de folga. A informação me causou surpresa, já que existia um combinado entre eu e uma das diretoras.

Foi notório que fiz uma cara de desânimo para os dois agentes que me atendiam, e como a motorista já havia saído, o que me restou foi esperar por um outro transporte dentro da penitenciária. Entre corridas solicitadas e canceladas pelo aplicativo, fiquei conversando com um dos agentes. Fui profundamente questionada, como se ele é quem fosse o pesquisador: “*O que você pesquisa? Você é do mestrado ou doutorado? E é formada em quê?*” De minha parte, encarei essas perguntas de forma tranquila, por entender que além de curiosidade, para o agente, eu fui (e sou) uma desconhecida. Gentilmente, ele ligou para a diretora adjunta e me concedeu o seu celular. Ela me pediu desculpas pela ausência, explicando que havia esquecido do nosso encontro e que por se tratar de um feriado, não estava cumprindo expediente. O regime determinado era o de plantão. Encerramos a conversa e desliguei a chamada.

Saí de casa com o propósito de conversar com a diretora e poder acompanhar mesmo que, minimamente, alguma das rotinas das presas. Em contrapartida, o saldo dessa ida ao presídio me gerou conversas informais com um agente penitenciário. Essa sequência de fatos, não foi planejada, mas me rendeu algumas observações que destacarei no texto. De forma descontraída, esse agente me apresentou a outra agente da seguinte forma: “Ela é uma nova agente”. A minha expressão facial foi a de surpresa, já que, de longe, eu não conseguia me imaginar com esse tipo de fardamento e função. A agente que se aproximava respondeu: “*Ó glória. Você vai se apresentar hoje?*” Em seguida, ele contou a verdade e nós três nos desmanchamos em risadas.

Segundo o agente, nessa segunda-feira (28/10) estava acontecendo a ministração das aulas do Rhema Brasil, onde as presas estariam participando do momento religioso. Ligeiramente, ainda consegui observar uma apenas, que estava relativamente distante de mim. Ela saía da cela e migrava em direção à cozinha, com um caldeirão na mão. Quis confirmar e perguntei ao agente: “*Aquela moça que saiu é uma apenas?*” e ele: “*A de short rosa?*”. Respondi que sim. Era a própria. Estatura baixa, parda, corte de cabelo curto estilo “Joãozinho”, um short

rosa e camiseta estampada. Não tive a certeza se ela conseguiu me visualizar. Mas, eu não só consegui, como captei outros detalhes.

No tempo em que estive aguardando com quem e como voltaria para a minha casa, além de conversas com o agente e a observação de uma única presa à distância, pude perceber que duas máquinas estavam isoladas na entrada principal do presídio. Perguntei para o agente: “*O que é isso?*”, e ele respondeu que se tratavam de máquinas, cujo o nome da primeira não recordo e a segunda era uma porta de detector de metais. Na prática, elas deveriam funcionar para a detecção de objetos e substâncias não permitidos no presídio, como exemplo, drogas ilícitas. A contrapartida é que, atualmente, elas estão paradas por falta de manutenção, acumulando somente poeira e espaço.

Ao final, consegui voltar para casa, com uma corrida acertada com um mototaxista de confiança do meu companheiro. A sugestão dada pela diretora é que o meu retorno se desse na quinta ou sexta-feira da mesma semana, dias em que o trânsito no ambiente estaria mais tranquilo. A terça [dia seguinte] não seria viável, pois conforme a diretora, estava reservado para consultas médicas com as presas. Quase cem apenadas estariam realizando exames citológicos nas salas reservadas para os atendimentos. “*Na terça, será um entra e sai muito grande das celas, pois elas estarão fazendo esses exames*”, me argumentou a diretora adjunta. Eu não quis ser inoportuna, já que a minha intenção seria, aos poucos, ir conquistando a confiança das dirigentes e conseguindo espaços no desenvolvimento da pesquisa. Novamente, outros foram os desdobramentos.

Após alguns dias, retornei na penitenciária e fui atendida por uma das dirigentes. Empolgada, fui tirando rapidamente a autorização do juiz de dentro da bolsa para mostrar que, dessa vez, eu estava apta para começar o meu estudo. É importante destacar que não foi fácil conseguir esse papel. Na verdade, não era apenas um papel, mas o ofício que me autorizava a iniciar a pesquisa na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande, Complexo do Serrotão. De todos os entraves burocráticos, com certeza, esse, até então, foi um dos maiores enfrentados. Foram muitas ligações na Vara de Execuções Penais (VEP) em que as mais diversas justificativas me foram dadas: “o juiz não veio hoje”, “ele precisou viajar”, “hoje foi o dia em que ele foi para o médico”, “no momento, ele está ocupado” e assim por diante. Reconheço que, antes dessa tentativa direta na VEP, optei por



outros caminhos, dos quais não tive sucesso. Apesar de todos esses percalços, o mais importante foi alcançado: eu consegui a autorização do juiz.

Em um dos primeiros contatos que tive com a direção, obtive a informação de que a autorização era peça-chave para que eu pudesse iniciar a pesquisa. A contrapartida é que as coisas – mais uma vez – não ocorreram como eu imaginava. É que não bastava a autorização do juiz, era também necessária a autorização da Gerência Executiva do Sistema Penitenciário de João Pessoa, a Gesipe. O órgão exigia aproximadamente onze documentos, entre certidões negativas, folhas de antecedentes criminais, carta de recomendação, ofícios, documentos pessoais e outros papéis. Por vezes, a sensação é que eu estava participando de um “jogo” e que a cada pequeno documento que conseguia, era uma fase alcançada.

No período em que estive nessa coleta de dados, também me foram exigidas as cópias de documentos de meu orientador. Nesse trajeto, ele viajou para participar de um congresso em Salvador, enquanto eu fiquei agilizando os documentos de sua parte, por meio de uma procuração jurídica. A segunda dificuldade dos entraves burocráticos, vivi na Casa da Cidadania de Campina Grande. Apesar de ser um órgão público, e que eu já estive por lá em outros momentos, seja fazendo reportagens do ofício jornalístico ou mesmo tirando documentos (RG) enquanto uma “cidadã comum”, dessa vez, o motivo era para a retirada da folha de antecedentes criminais.

No total, eu precisei me deslocar em torno de cinco vezes para conseguir o que queria. Nas idas e vindas, os funcionários sempre acrescentavam um documento a mais, o que causou certo estresse e desgaste emocional de minha parte. Após reunir a documentação exigida, eles me informaram que o prazo para o recebimento da folha de antecedentes criminais seriam oito dias. Como a minha folha de antecedentes já estava pronta, agora, restava-me aguardar pela emissão da outra folha de antecedentes criminais de meu orientador.

Contados os oito dias no calendário, retornei no local para buscar a folha de antecedentes criminais. Recebi a informação de que o meu documento ainda seria enviado para João Pessoa e, obviamente, eu ainda não teria condições de receber a folha. O prazo foi renovado para mais oito dias. Beirando o período natalino, comecei a me questionar: *“E se eles [os profissionais] entrarem de recesso por semanas? O que será da minha pesquisa?”*. Essa constante mudança, tanto das

etapas que eu estive vivendo durante o desenrolar da pesquisa, como a interferência do espaço e do tempo, me possibilitaram estabelecer conexões com o que Giddens (1991) vai chamar de *As consequências da modernidade*.

O autor vai entender que a modernidade se refere a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVIII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial. Diferentemente de Hall (2006) que crê em uma pós-modernidade, o autor diz que estamos vivendo um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.

Para explicar de forma mais consolidada, Giddens (1991) traça as principais características da sociedade moderna como: 1) o ritmo da mudança 2) escopo da mudança e 3) à natureza intrínseca das instituições modernas. O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço, o que nos faz pensar que existe um desencaixe dos sistemas sociais. O calendário e o relógio mecânico são símbolos utilizados pelas culturas pré-modernas para marcar o tempo. Essas reflexões do autor sobre a sociedade moderna são importantes, já que elas apresentam mudanças e características nos grupos sociais e alguns instrumentos que podem, inclusive, trazer contribuições para pensar elementos em torno das pesquisas científicas. No campo de pesquisa, essa realidade é marcada pelo uso desses objetos, já que a separação entre o espaço e tempo é a condição principal do processo de desencaixe.

Com essa reflexão, a de que as mudanças relacionais do tempo e do espaço são fatores presentes na sociedade moderna, observo que essa análise também pode ser associada a produção trabalhista de pesquisadores no âmbito acadêmico. O ato de escrever possibilita uma flexibilidade de horário, quer dizer, os escritores de suas produções científicas teoricamente podem escolher o horário em que desejam produzir: seja de madrugada, pela manhã, tarde ou noite. A partir do momento em que o sujeito consegue iniciar a escrita, a sensação é de ocorrer uma aceleração no tempo, em que não se percebe o passar das horas. Com isso, a noção de ter perdido o tempo para pausas ou refeições, por exemplo, é uma consequência desse desencaixe do tempo e espaço.

Além dessas mudanças, é necessário lembrar que o árduo trabalho para coletar as documentações ainda não havia terminado. De fato, a folha de antecedentes criminais do meu professor só estaria pronta na segunda-feira seguinte (23 de dezembro). Eis, então, que me surgiu uma vaga lembrança: em um determinado momento de minha vida, conheci uma jovem que, hoje, é uma das gestoras das unidades prisionais do Estado. Nós tivemos alguns contatos pessoais, já que ela e eu temos uma amiga em comum. Conheci Isadora quando dividi apartamento com a amiga em comum. Sem muitas delongas, tentei acessá-la através das redes sociais para ter uma conversa e vê se existia a possibilidade de contar com sua ajuda.

Conversamos por um tempo. Fui sincera sobre todos os trâmites, exigências e dificuldades que estive enfrentando para ter acesso ao campo e ela se dispôs a me ajudar. Ela me disse que poderia conversar com o diretor da Gesipe, em João Pessoa, e que muito em breve me daria uma resposta. No mesmo dia, eu tinha uma consulta com minha psicóloga, a propósito, seria a minha última terapia do ano. Nesse encontro, eu desabafei sobre muitas coisas e falei do quanto estava desmotivada com a minha pesquisa. Juliana foi uma das pessoas que me fez acreditar (e a não desistir) do sentido que estudar sempre teve para mim e que essa era mais uma etapa. E que ia passar.

Com algumas lágrimas no rosto, segui. Essas situações descritas só me faziam acreditar na enorme quantidade de maneiras e dispositivos de poder utilizadas como representação de que tudo está no controle e em nome do Estado. Não se trata, pois, em dizer que isso é algo certo ou errado, mas que o controle e vigilância de acesso, no meu caso, para pesquisas, foi algo frequente e que permeou todo o meu percurso de estudo. No mesmo dia, recebi uma mensagem de Isadora avisando que a aplicação das entrevistas com as presas tinha sido liberada pela Gesipe. Com o documento de autorização do juiz, acredito que tenha sido mais fácil eles [os funcionários] verem a veracidade da pesquisa. Apesar de ter recebido o seu *feedback* positivo, eu ainda precisava aguardar o documento.

A composição dessas narrativas e acontecimentos, e que fugiam, por diversos momentos, de uma linearidade, me faziam achar que não existia sentido na minha experiência de campo. Para a minha surpresa, o sentido e compreensão dos dados só me foram revelados posteriormente, sobretudo, durante o processo de

olhar para as falas que me foram reveladas e ao redigi-las nesse documento. Sobre isso, eu pude aprender (ainda mais) com Geertz (1978), quando o estudioso falava sobre descrição densa:

O que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem – está obscurecido, pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia ou que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente (GEERTZ, 1978, p. 19).

Recordo de informações que me foram repassadas, nas minhas idas ao presídio, ou até de outras que foram ocultadas<sup>32</sup> e isso me confirmou o quanto o tempo foi necessário para que eu pudesse, inclusive, fazer melhores interpretações e compreender o papel de cada personagem inserido no campo de pesquisa estudado. Diante disso, concordo com Geertz (1978), que a experiência de interação em campo é tão importante, visto que o meu campo em si, não se resumia somente as entrevistas com as interlocutoras, mas todo o processo que antecedeu a entrada no ambiente prisional também.

Enquanto esse documento não era enviado, eu permanecia insistindo e tentando o *plano A*: conseguir a folha de antecedentes criminais do meu professor junto a outros documentos que seriam emitidos pelo mesmo na internet. Após isso, eu deveria enviá-los e anexá-los por e-mail, endereçados a Gesipe. Já o *plano B*, como se lê, seria executado com a ajuda de Isadora. Embora eu tivesse opções de caminhos para adentrar no campo de pesquisa, ambas as escolhas, permaneciam travadas. Na segunda-feira [23 de dezembro] retornei à Casa da Cidadania. E a “saga” continuava. Após pegar a ficha de atendimento, segui para o conhecido guichê 12. A moça que iria me atender não estava e pediram que eu aguardasse um

---

32 Em um determinado dia, pós a conclusão de entrevistas, procurei a diretora para me despedir e agradecer pela escolha das presas. Só que elas estavam ocupadas, dentro do pavilhão. Estranhei. Segundo o agente, elas estavam organizando roupas e coisas que estavam bagunçadas dentro das celas. Na verdade, estava acontecendo uma operação pente-fino, o que é prática rotineira dentro dos presídios. Percebi que o agente não detalhar o que estava sendo feito e tentou ocultar informação. Depois, conversei com a diretora pelo whatsapp e a mesma me confirmou a tarefa.

pouco. “*Se eles soubessem como eu já estava ficando calejada em esperar*”, pensei comigo mesma.

Aguardei por um tempo, até que chegou Daniela. Ela procurou em meio a papéis nada organizados, pela minha folha de antecedentes. Como esperado, o meu documento não estava lá e para me confortar, ela disse: “*Me passe o seu contato, que eu vou procurar saber onde está esse documento e te retorno*”. Com essa informação, eu já pensava que Daniela ou qualquer outro funcionário haviam perdido o meu documento. Horas mais tarde, recebo a ligação de que o documento estava pronto para a retirada. Ligeiramente, tomei um banho, me vesti e fui em direção ao lugar do qual não terei nenhuma boa recordação (a Casa da Cidadania).

Nos dias seguintes, foi a véspera e o próprio dia de natal e decidi que não pensaria em nada relacionado a minha pesquisa, afinal, eu precisaria descansar o corpo, a mente e o coração. Por sorte, foi perto da minha família que consegui desopilar e voltar um pouco mais animada para as terras campinenses. Na volta, consegui emitir os documentos que faltavam, concentrei todos em um e-mail e enviei para a Gesipe. Ainda fiz um novo contato com Isadora, perguntando se ela teria boas notícias.

Foi na sexta-feira, da mesma semana, que consegui contato com a diretora-geral da Penitenciária. O combinado foi que eu poderia começar a pesquisa na segunda, às 14h. Depois de tantas dificuldades, eu ainda não acreditava que conseguiria começar a coleta dos meus dados. Por diversos momentos, estive questionando mentalmente qual o nosso verdadeiro lugar de autoridade, enquanto cientistas e pesquisadores, ao investigar instituições fechadas como a prisão. Fui percebendo que para sobreviver a esse e outros questionamentos, eu precisaria responder essas perguntas.

Sabendo do período das festas de fim de ano, a diretora me comunicou que eu não conseguiria observar muitas das atividades das presas, mas que eu poderia aplicar os questionários. Essa objetividade de “*só aplicar os questionários*” me fez enxergar como, por vezes, as ciências são enxergadas por outras instâncias. Nas ciências humanas, especificamente, os estudos são enfocados em variáveis não tão simplistas ou reducionistas, que exigem do pesquisador alguém que deve analisar o objeto por diversos ângulos, buscando entender como e o porquê dos resultados. Essa observação não é para dizer que só pode ser entendido enquanto

ciência/pesquisa aqueles que permanecem mais tempo em campo. Pelo contrário, é para mostrar as condições em que esses resultados foram colhidos e que o campo, às vezes, foge do planejado.

Diferentemente de outros estudos que tive acesso, o meu não tinha a pretensão de iniciar o contato com as presas já com o uso de papel, caneta e perguntas. O meu interesse, na verdade, como dito em momentos anteriores, era o de compreender o impacto da prisão no corpo das mulheres, também mediante a observação durante a rotina das presas. Além do dito pelas detentas, eu gostaria de observar o cotidiano do grupo pesquisado, conviver e partilhar momentos com elas. Entretanto, a maneira que eu julguei de não perder os dados, e nem a oportunidade de me introduzir ao campo de pesquisa, seria o de conversar imediatamente com as mesmas. Eu deveria arriscar.

Embora eu tenha tido o contato imediato com as mulheres encarceradas, cheguei a observar alguns fatos do cotidiano, além dos já citados. Em um dos dias programados para a pesquisa, encontrei com uma agente penitenciária procurando por uma das detentas para guardar uma ferramenta. Um caso atípico registrado em meu caderno de anotações, é que justamente nesse dia, um vaso sanitário havia sido quebrado e que, diante disso, um preso do presídio masculino estava lá na unidade feminina para fazer a correção do serviço e voltar para a sua lotação. A partir dessa situação, já percebi certa movimentação dos agentes, para estarem atentos no comportamento e serviço do apenado.

Os caminhos da minha pesquisa se relacionam com os “ritos de passagem” ou mesmo fases da pesquisa apresentados por Da Matta (1978): teórico-intelectual, período prático e a fase pessoal ou existencial. Na primeira fase, como o próprio nome já diz, é onde reside a parte teórica da pesquisa, isto é, o momento em que os autores são acionados e que ainda não houve nenhum contato com os grupos de trabalho, em meu caso, das presas. No capítulo anterior, foi o espaço que designei para estudar, compreender e refletir sobre as categorias sugeridas e como elas podem enriquecer o debate, tornando a leitura mais fluída e compreensível. Apesar disso, o autor enfatiza que nós, estudantes, falamos de um lugar ainda genérico, já que não se teve o contato com o abstrato e o vivenciado no campo.

A segunda fase se refere ao período prático, especificamente, a antevéspera de pesquisa. Essa etapa condiz com o momento atual deste estudo, já que o início

das conversas com as presas tem dia, horário e local marcado. Apesar de não ser a primeira vez que vou ao presídio, conscientemente já sei de algumas dicas que preciso lembrar como de levar apenas o necessário, ir com roupas confortáveis e ter definido como ir e voltar do lugar. A fase final é denominada pelo estudioso como pessoal ou existencial, fala mais da síntese da teoria com as informações do campo, assim como a prática do mundo com a do ofício (Da Matta, 1978, p. 25). Essa é a etapa em que os pesquisadores estão submersos no mundo concreto formado por pessoas e com a realidade dos livros e artigos.

Essas etapas propostas pelo autor foram escolhas que fiz ao longo da pesquisa, mas sem muita certeza dos caminhos que iria percorrer, já que o meu campo foi capaz de me surpreender em diversos momentos. Em uma etapa seguinte, não foi diferente. Fui na última segunda-feira do ano de 2019 (30/12) para o presídio. Chegando lá, fui recepcionada por um agente penitenciário, que me encaminhou para a sala da direção. Na sala continham duas diretoras da unidade e duas agentes penitenciárias.

Como elas não haviam definido quem seriam as apenadas entrevistadas por mim, comecei a falar de alguns critérios que defini na pesquisa e, a partir disso, fui para a sala vizinha aguardar que elas chegassem. Esse local me foi disponibilizado durante toda a pesquisa. Uma sala pequena, com um gabinete, cadeiras, ventilador e outros objetos. Embora eu não tenha utilizado todo o espaço, me serviu bastante. Já a escolha das apenadas, se deu através da direção, que buscou contemplar os meus critérios, como o de conversar com presas recém-chegadas na prisão, algumas que já estivessem cumprindo de 4-6 anos de pena e outras que já fossem “antigas” na cadeia.

Permaneci com a decisão de entrevista-las individualmente, apostando que essa seria uma forma de me aproximar e de explorar melhor cada entrevista. Seria uma boa decisão. Realizei as três primeiras entrevistas com o uso de um caderno de anotações e uma caneta. Como fiz muitas anotações, saí extremamente cansada. Na segunda visita, conversei informalmente com a diretora plantonista do dia, perguntando se eu poderia utilizar o celular (sem o chip) para fazer as gravações, argumentando o porquê gostaria de usá-lo.

A autoridade disse que não seria possível, pois essa informação deveria estar descrita na autorização. Assim, continuei fazendo todas as entrevistas escritas a

mão e, em um segundo momento, transcrevi as falas para o computador. O processo de início da coleta de dados demorou para ser iniciado, diante da série de desfavores burocráticos que vivenciei durante a pesquisa. Entretanto, as entrevistas foram realizadas de maneira rápida, já que as próprias presas colaboraram com respostas esclarecedoras (outras nem tanto).

Após finalizadas as dez entrevistas, me despedi da diretora, agradecendo todo o apoio e disponibilidade em me receber durante os dias combinados. Ela me convidou, também, para retornar no final do mês de janeiro, que seria quando as atividades de saúde voltariam a funcionar, para que eu acompanhasse um dia de rotina e exames feitos pelas presas. Agradei o convite, mas não pude confirmar, já que o meu tempo, agora, seria curto e eu precisaria correr com a escrita da dissertação. De todo modo, “deixei a porta aberta” caso eu precisasse voltar.



### ***Cardápio***

Além de apontar por quais caminhos teóricos e metodológicos assumi nesta pesquisa, ao transcorrer dos acontecimentos, apresento quem são as personagens dessas histórias contadas. Por trás de cada um desses nomes fictícios, foram percebidas contação de histórias que se aproximam e ora se distanciam de outras histórias narradas em presídios femininos do Brasil. Com a escuta aguçada, e o instinto farejador por informações que pudessem me ajudar, ouvi das presas que a alimentação era uma forma de transformação no corpo de mulher que é privada de liberdade.

A primeira detenta com a qual conversei gostava de ser chamada pelo sobrenome, mas, no texto, irei identificá-la como Dandara<sup>33</sup>. Ela tinha 33 anos, mas que nada aparentava tal idade. Estatura baixa, corpo e um estereótipo de jovem: roupas folgadas, usando um pequeno alargador na orelha e um par de chinelos havaianas. Dandara se sentou ao meu lado e conversamos como se já nos conhecêssemos. Talvez, ela tenha tido a intenção de impressionar e honestamente não parei para pensar nisso. A verdade é que Dandara me surpreendeu do início ao

---

<sup>33</sup> Os nomes de todas as interlocutoras serão substituídos por pseudônimos, como forma de preservar suas identidades.



fim de nossa conversa. Ela “residia” na prisão há 12 anos e me contou que “pegou” 26 de cadeia, por causa do crime de latrocínio, também conhecido por roubo seguido de morte. Diante do tempo, a mulher presa demonstrava conhecer a vida na prisão e como se davam alguns funcionamentos no sistema prisional.

Durante a nossa conversa, Dandara se identificou como a “bombril” do presídio, quer dizer, uma pessoa que tem muitas funções dentro do espaço, inclusive, lembrando a expressão utilizadas em comerciais televisivos como “bombril, 10001 utilidades”. Além de instalação elétrica, a presa contou que era responsável pelo cuidado dos jardins e que estava no processo de construção de uma horta com produtos alimentícios como coentro e mostarda. A série de atividades desempenhadas por Dandara reforça a noção de poder (Foucault, 1979) discutida no capítulo anterior: a fabricação e o tipo de sujeito necessário para fortalecer a manutenção do espaço físico, no caso, a prisão.

Isso porque Dandara também é uma das presas que trabalha na cozinha, acordando às 04h30, para as 06h da manhã já estar iniciando os trabalhos da alimentação coletiva. Na fala de Dandara, a comida não foi um elemento recorrente, já que, em sua opinião, sempre teve o mesmo corpo (magro) com exceção do período em que perdeu a mãe, chegando a pesar 37 quilos. Com esse peso, ela sairia da condição de magra para uma em que a quantidade de massa muscular ficaria abaixo do esperado. Só que a relação com o alimento não foi a mesma para todas.

Cibele e Nise são duas detentas que tiveram opiniões diferentes sobre quando questionadas das mudanças corporais que tiveram nos espaços prisionais. Cibele já está na cadeia há 3 anos, só que segundo ela, o tempo de sua pena foi calculado em 24 anos por causa de tráfico de drogas. Foi na prisão que Cibele disse que alguns “quilinhos” ficaram mais evidentes. Em conversa, a presa revelou que na rua fazia tratamento, por causa de problemas emocionais e que seria a comida a porta de saída e fuga dos problemas mundanos. Hoje, na prisão, ela é uma das responsáveis pela comida de quatro equipes de agentes penitenciários.

No caso de Nise, que já está no presídio há 6 anos, condenada por 38 anos e 6 meses de privação de liberdade, após o crime de homicídio, a comida seria a “vilã”, por provocar a tão temida “barriguinha”. Antenada em exercícios físicos, ela confessou passar horas malhando, dentro da própria cela. Do contrário de Dandara

e Cibele, ela não trabalha, mas participa das aulas de ensino regular de manhã e do ProJovem de tarde. Agachamento sumô, avanço e stiff são alguns dos exercícios praticados pela mesma. Apesar de não os fazer mais, pelo menos cinco tipos de abdominais também já foram rotina de atividades de Nise.

Eu antes fazia muito abdominal, mas de que adiantava, se eu depois ia comer um prato de papa? Aí foi quando decidi parar de fazer os abdominais. Aqui a gente come muita bolacha maria, leite, essas coisas que contém gordura, infelizmente. Acho que devia ter mais frutas e legumes. Só que eu continuo malhando, dentro da cela mesmo. Pego uma garrafa de 05 litros de água, esses garrafões, sabe? E faço um monte de exercício. Quando eu sair da cadeia, tenho até vontade de fazer fisiculturismo (*Entrevista com a presa Nise, em 30/12/2019*).

Embora eu não tenha chegado a conhecer o estoque de alimentos, e nem de vê-los sendo preparados pelas detentas, tive a oportunidade de conversar com diversas presas cozinheiras e até com uma que trabalha na cozinha (cortando carne) e no almoxarifado. Nitidamente, algumas falas foram bastante ricas de informações. A pesquisa de Rudnicki (2011) traz uma reflexão da alimentação no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). De acordo com o autor, no Brasil, a relação da comida no sistema penitenciário, ainda pouco se sabe, já que são raras as investigações.

A amostra dele se difere da minha, já que as entrevistas foram aplicadas não somente aos presos, mas também com policiais e técnicos que atuam na cozinha da prisão pesquisada. Por ser uma unidade prisional muito grande [no início da pesquisa, foi registrado 5.300 homens e havia a expectativa de chegar a 6 mil] a demanda de profissionais envolvidos no trabalho cotidiano também é maior. A exemplo que o espaço conta com a presença de nutricionistas, diferentemente da realidade da Penitenciária de Campina Grande. Conforme a nutricionista do PCPA, a comida divide-se em cinco itens: arroz, feijão, carne, guarnição (massa, polenta ou refogado) e salada (Rudnicki, 2011, p. 526).

No presídio pesquisado, a realidade pode ser considerada um pouco diferente. É que segundo as presas, apesar de não faltar comida, existe pouca variedade. No almoço, as detentas me contaram que comem o comum, como arroz, feijão, macarrão e um tipo de carne. Para comer frutas, legumes, bolo ou qualquer

outro tipo de item, é preciso que as visitas levem aos domingos. Enquanto umas acham que não é boa a alimentação no presídio, outras dizem que lá na prisão, às vezes, não acertam o “ponto”, mas eles [o Estado] dão o pão de cada dia, coisa que muita gente na rua não tem. Essa comparação de gosto e sabor da alimentação, também é discutida no texto de Rudnicki (2011), sob o seguinte olhar:

[...] Para entendê-los, seria preciso verificar a alimentação do brasileiro fora do presídio, a fim de compará-las. Essa comparação deveria considerar a alimentação de pessoas pobres, “clientela” preferencial do sistema penitenciário. Isso é fundamental, pois o gosto é uma questão de classe [...] (RUDNICKI, 2011, p. 534).

No segundo dia de entrevistas, cheguei ao presídio e a diretora titular não estava e fui atendida por uma das diretoras auxiliares. O rádio tocou e era uma agente penitenciária dizendo que a presa estava acordando, mas que iria tomar um banho, escovar os dentes e me encontrar. Fiquei aguardando. Era Soraia. Ela foi uma das presas que reconheceu que o pão, todo “santo” dia, não falta nas mesas do presídio. Conforme ela, existe uma supervisão na cozinha feita pelas presas cozinheiras. A contrapartida é que, mesmo se existisse uma nutricionista, não seria possível ter uma alimentação balanceada, já que faltam elementos como frutas, legumes e verduras. Por mais que Soraia falasse da ausência desse tipo de profissional, também existe gente que sequer saber o que significa essa formação. Durante a nossa conversa, Helena me perguntou ligeiramente: “*Nutricionista? O que é isso?*”.

Helena pode até não ter entendimento dos profissionais que estudam (mas não só) sobre alimentação saudável, mas Nise e Dália entendem de valores calóricos e do que pode não “cair” tão bem na alimentação diária. Para Dália, a famosa papa de biscoito é “tiro e queda”, ou seja, comeu e engordou. Ela contou que, quando não trabalhava na cozinha, comia bastante na cela, já que sobrava tempo. Ingredientes como trigo e o leite (em excesso) eram responsáveis pelos quilinhos a mais na balança. Algumas das detentas chegaram a opinar sobre a qualidade da alimentação no presídio considerando a comida boa e/ou satisfatória,

mas que não é raro das presas cozinheiras errarem o ponto. Apesar disso, nenhuma das interlocutoras citaram histórias como a de Gardênia<sup>34</sup>.

O domingo é o dia reservado para as visitas familiares e que muitos aproveitam para levar comidas para as presas. Esse foi o ponto mais destacado pela maioria das entrevistadas: “*a comida poderia ser um pouco melhor, com mais frutas e legumes*”. Depois, para a minha surpresa, consegui conversar com uma detenta gestante. É que em visitas anteriores, ainda não constava no quadro de encarceradas, nenhuma mulher que estivesse grávida. Logo, faziam poucos meses que Atena atravessaria os portões do presídio, por um crime (furto) cometido no passado. Sem questão alguma de contar como aconteceu o crime, a presa só enfatizou que, em breve, passaria para uma prisão domiciliar e que aguardava a decisão do fórum.

Quando cheguei pela tarde, Atena havia saído para o Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (Isea) de Campina Grande. Seria o seu primeiro pré-natal, durante uma gestação de 07 meses. Eu não sou mãe e também desconheço de alguns cuidados com o corpo da mulher durante esse período, no entanto, fiquei atenta e levei em consideração todas coisas ditas por Atena, já que ela poderia ser a minha melhor fonte sobre as mudanças no corpo de uma mulher presa e gestante. À espera de uma menina, Atena já tem três filhos do sexo masculino. Apesar de muito objetiva nas respostas, demonstrou animação com a gestação, contando o nome da criança e sempre trazendo elementos que remetessem aos seus filhos. “Saudade” foi a palavra que resumiu o nosso encontro.

Sobre o corpo, Atena relatou que evita comer massas, mas que o aumento de peso foi o normal, assim como a sua alimentação é dentro do esperado. Entre as minhas perguntas, a mulher me questionou: “*isso que a gente fala, você passa pra elas (as diretoras)?*” e “*você é da Justiça?*”. Tentei assegurá-la de que todas essas informações ficariam somente comigo, já que fazia parte de uma pesquisa e que, pelo contrário, eu não era da justiça, estava lá na condição de estudante de Ciências Sociais.

---

34 Gardênia é uma das personagens entrevistadas por Nana Queiroz, em *Presos que Menstruam*. No livro, Nana conta trechos das vidas de sete mulheres com quem ela se encontrou diversas vezes. No caso de Gardênia, a detenta narra coisas que teria encontrado dentro da comida como bosta de rato. “[...] Nossa, o pior lugar de alimentação é a prisão lá do Butantã (em São Paulo), trecho retirado do livro, pág. 178.

Essas perguntas me rodeavam, vez ou outra, mas foco não foi tirado do meu campo de visão. Um pouco depois desse episódio, ainda fui solicitada por uma agente penitenciária, para que eu anotasse o meu nome completo, CPF, curso e o objetivo da minha pesquisa. Segundo a agente, isso seria apenas para registro em caderno interno do presídio. Assim o fiz.

Na sequência, conversei com Pâmela, uma das presas que mais elencou adjetivos para falar da prisão. Da boca dela, eu ouvi que “*sempre tem médico pra nós*”, “*as agentes sempre tão de plantão*”, “*nóis prega os olhos, as agentes não*”, “*tem horário pra tudo*” e “*a comida é sagrada*”. Durante essa entrevista, uma agente penitenciária esteve acompanhando uma escuta, sentada alguns centímetros de distância de nós duas: eu e a detenta. De início, achei estranho, já que em outras conversas, fiquei a sós com as presas. Mas, não contestei. Respeitei. Apesar de todo o discurso que me foi dito pela presa, nada me convenceu de que existiu um controle de impressões e que isso se deve a uma fachada (Goffman, 1996), já que eu não tive acesso aos bastidores do presídio.

Íris foi uma das detentas que tive o menor tempo para conversar, pois ela estava no dia da beleza (sexta-feira) e saiu, rapidamente, para conversar comigo. Com isso, ela foi breve nas respostas, mas contando algumas coisas, como a de que tenta cuidar da alimentação na prisão, ingerindo mais frutas. Enquanto Dália afirmou, hoje em dia, comer menos, e que não faz atividade física “*a gente trabalha tanto que se cansa*”, Juliana, descontraída, disse “*a única atividade que faço é subir a escada pra cama*”, e riu de si mesma.

A relação dessas mulheres em situação de cárcere com a alimentação e como elas podem estar relacionadas às mudanças corporais mostram, na verdade, aspectos que a antropologia pode considerar como simbólicos, já que existe uma maneira como cada grupo nas sociedades humanas tem de se relacionar com os alimentos. As considerações sobre o que elas comem, compreendem e valorizam por alimentação, diferem em alguns aspectos, mas apresentam fatores ainda que positivos, quando comparados com a realidade de outros sistemas prisionais brasileiros.



### ***“Aqui é mais fácil de adoecer”<sup>35</sup>***

Afastadas do convívio social, as presidiárias da Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande precisam aprender a se cuidar individualmente e com os recursos que são disponibilizados pelo Estado. Quando se adocece na prisão – o que atinge diretamente o corpo físico – as reclusas precisam encontrar estratégias para resolver essa questão, seja indo de encontro aos atendimentos de saúde disponíveis na unidade prisional, contando com a colaboração das colegas de cela ou mesmo pedindo um remédio paliativo para as agentes. A partir de qualquer uma dessas decisões, por estarem cercadas em um ambiente fechado, elas terão que lidar com o adoecimento.

Presas como Cibele afirmam que alguns exames são obrigatórios como é o caso do exame de sangue para diagnosticar a sífilis. Não precisou conversar durante horas, para que ela me contasse uma de suas histórias íntimas. Tratava-se de uma história vivida lá na rua, mas jamais esquecida por Cibele. *“Olha, certa vez, houve uma história de que meu ex-marido estava me traindo. Minha mãe colocou na minha cabeça de que eu devia fazer esse exame pra saber se eu tava com a doença e aqui, na cadeia, nunca mais deixei de fazer”*.

Do contrário, Nise acha que não precisa ir ao médico, pois a própria se analisa *“sou muito saudável”* embora ela tenha contado *“tive umas dores no joelho recentemente”* e que *“preciso fazer uma endoscopia, acho que tô com alguma coisa no estômago”*. Eu ainda perguntei se ela teria medo de ir para as consultas, por ter visto um pouco de resistência de sua parte para participar dos atendimentos médicos, só que ela me retrucou dizendo *“eu sou muito corajosa, não vou mesmo, pois não preciso”*. Os serviços psicológicos não foram vistos como prioridade para a detenta, mas que confessou ter ido uma vez só por curiosidade, *“eu fui uma vez só pra conhecer, curiosidade, né?”* Diferentemente do serviço odontológico, que Nise reconheceu *“eu tô precisando tanto”*.

Com a ausência de alguns dentes e um sorriso amarelado, Helena me contou que a dentista apenas faz procedimentos simples, como a extração dentária. Acredito que a detenta tenha se enganado, ou mesmo que essa profissional tenha deixado de atender, pois recordo claramente das primeiras vezes que fui a

---

35 Durante uma entrevista, essa foi a fala de uma interlocutora. Realizada em: 02/01/2020.

Penitenciária, somente para conhecer a estrutura física. Adentrei o consultório odontológico, que estava desativado e com partes do teto caído. Segundo a diretora que me recepcionou, o espaço precisava de reformas, que não tinha uma data certa para funcionar e conseqüentemente, estava sem profissional para realizar os atendimentos. Outras detentas, ainda, afirmaram que não existia o serviço prestado na prisão, o que passa a fazer sentido, após as condições materiais e a desinstalação da sala reservada.

Apesar do atendimento com o clínico geral estar disponível, uma vez por semana, foi frequente ouvir das mulheres presas que só o procuravam quando era obrigatório ou quando estavam sentindo alguma dor, mostrando que os exames de rotina nem sempre eram respeitados. Outras, em menor quantidade, mostraram certa resistência para fazer exames. Um dos relatos que me chamaram a atenção, foi o de Juliana. Ela, de apenas 26 anos de idade, mas que já perdeu 17 quilos na prisão. Segundo ela, existia um problema com si mesma que era o de bulimia, já que sempre teve o medo de engordar. Hoje em dia, ela confessou ser difícil tomar essas medidas, já que acabou adquirindo um problema de estômago.

Uma outra mulher presa não teve receio de me contar de que na prisão “*é mais fácil de adoecer*”. Isso porque, segundo Soraia, a imunidade da presa fica mais baixa, quando as pessoas lá fora podem/são mais saudáveis. Ao chamar atenção para o próprio rosto, Soraia disse que adquiriu espinhas e algumas manchas na pele, mas não sabia dizer com precisão se era a falta de sol (vitamina D), além de ter adquirido uma espécie de fungos nas nádegas. Ela tentou me explicar, ao seu modo, que havia descoberto que também estava com câncer no colo do útero. Chegou a realizar uma cirurgia e que, agora, precisava fazer o acompanhamento. Só que essa última doença (o câncer) foi narrada por Soraia desde a época que ela estava na rua até a cadeia. “*Eu boto tanta doença na minha cabeça*”, desabafou. Essas questões biológicas, ou que a própria medicina pode nos amparar em explicações científicas, foram respaldadas na fala de Canguilhem (2009):

Portanto, devemos dizer que o estado patológico ou anormal não é conseqüência da ausência de qualquer norma. A doença é ainda uma norma de vida, mas uma norma inferior, no sentido que não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma. O ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas, e perdeu a capacidade

normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes. (CANGUILHEM, 2009, p .72)

Essas primeiras histórias, que foram contadas pelas presas, mas escritas neste texto por mim, até o momento, revelam fatos do cotidiano delas, mas sem demonstrar o controle diretamente de seus corpos sob orientação do Estado, a exceção de exames que são obrigatórios como os para detectar a sífilis e a AIDS. Exceto esses dois, muitas disseram ser voluntária a participação nas consultas. Houve quem discordasse do que está sendo dito aqui, como Atena. Conforme ela, o atendimento é sorteado, *“o que não era pra ser assim. O médico, enfermeira, psicóloga e assistente social comparecem na quarta-feira. Eu nunca tive a necessidade de falar com esse povo, mas o médico era pra ser mais presente”*.

Com essas informações, percebo quão diferente podem ser as realidades prisionais. Preciso dizer que, é óbvio, não tive acesso a todas as falas e narrativas das presas, mas somente o que elas acharam pertinente me contar e sobre as pautas que foram surgindo durante as entrevistas. Essas experiências sobre o ter saúde e adoecer na prisão, mostram como somos particularizadas nessas questões, tendo em vista que a saúde ocupa um lugar individual na vida de cada uma.

O fato é que elas não me revelaram o uso de determinados medicamentos psiquiátricos, também conhecidos como psicotrópicos<sup>36</sup>, o que não descarta a existência desse tipo de medicação dentro do sistema prisional estudado. Um dos artigos que tive acesso durante a análise dos dados, foi *“Gestão neuroquímica: Pílulas e injetáveis na prisão”* e discute de forma mais aprofundada esse assunto.

O pesquisador Fábio Mallart (2017) vai chamar a atenção para o número de pessoas presas que ingerem psicofármacos no ambiente prisional. Ele descreve cenas etnográficas, de pesquisas masculinos e femininos no distrito de Pinheiros, em São Paulo, em que personagens narram suas experiências de dependência com o remédio. Ele conclui que as pílulas e injetáveis operam em várias dimensões como a própria gestão da população prisional e que situações de superlotação, racionamento de água, castigos coletivos e falta de assistência médica e jurídica são

---

36 Tomei como base explicativa sobre esse tipo medicação as informações divulgadas pela Rádio da Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão em parceria com a Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP de Ribeirão Preto. Acessado em: <https://jornal.usp.br/atualidades/entenda-o-que-sao-os-medicamentos-psicofarmacos/> 09/01/2020



motivos que mobilizam os presos e presas a cogitarem e consumir substâncias psicofármacas.

Fora essas substâncias, uma droga lícita que circula livremente na penitenciária é o cigarro que, a propósito, me foi confirmado pelas detentas ser a unidade monetária (moeda) estabelecida no cárcere. A informação foi contada por uma de minhas interlocutoras, Soraia. Ela não só me forneceu esse dado, como soube descrever o valor cobrado dentro da cadeia e na rua: *“O Derby e o Gift são os cigarros que nós trocamos aqui. O Derby custa R\$ 6,50 na rua e R\$ 10 aqui, já o Gift é R\$ 3,50 na rua e R\$ 5 aqui”*. Além de comprar produtos de higiene, comida e o que mais precisar com o cigarro, ela contou que em sua cela são dez mulheres fumantes.

No caso de presas como Juliana, mesmo a prisão não sendo um lugar tão fácil de ter individualidade de objetos, alguns cuidados são mantidos. Para ela, viver em um ambiente coletivo, requer atenção, como não deixar a escova de dente exposta. *“Eu não gosto de deixar a minha escova de dente largada por aí. O copo eu prefiro usar o descartável. A gente também precisa ter cuidado com a saúde da mulher, pois nós convivemos com várias pessoas. É um entra e sai de gente e nunca se sabe”*. Ela contou que uma detenta tinha sífilis na boca e que, por isso, o seu cuidado redobrado. Algumas pessoas a julgavam com “espírito de rico”, mas ela confessou não se importar com o julgamento alheio.

Esse debate sobre o adoecer na prisão, permite inserir a explicação de Canguilhem (2009) sobre o normal e o patológico. Segundo o autor, que exercia a dupla formação de médico e filósofo, existe uma fronteira entre o ser normal e o patológico, que é imprecisa, para alguns indivíduos, ao passo que é precisa para outros. Nas palavras do autor, essa definição quer dizer o seguinte:

Aquilo que é normal, apesar de ser normativo em determinadas condições, pode se tornar patológico em outra situação, se permanecer inalterado. O indivíduo é que avalia essa transformação porque é ele que sofre suas consequências, no próprio momento em que se sente incapaz de realizar as tarefas que a nova situação lhe impõe. (CANGUILHEM, 2009, p. 71)

Ainda considerando o adoecimento no ambiente prisional, pessoas como Soraia também desenvolveram problemas na coluna, mas que segundo ela foram

motivados pelo trabalho. “*Olha, eu vou te dizer uma coisa: o atendimento de saúde aqui não é ruim pra quem errou*”. De um modo geral, constatei que essas mulheres foram e são as próprias juízas de suas vidas, pois a medida que elas me contavam suas histórias e opinavam sobre determinados assuntos, iam soltando comentários como esses ditos por Soraia. Ela ainda complementou “*Hoje eu criei aversão a quem fez o que fiz. A quem vende drogas. Naquele tempo, eu achava adrenalina*”. Esse seria o peso da culpa e remorso de uma vida marcada pela prisão ou um discurso para me mobilizar e afetar enquanto pesquisadora?



### ***Memórias da Rua***

Rua, substantivo feminino. Esse é/foi um lugar bastante recorrente na fala das mulheres encarceradas. Isso por causa das histórias que foram vividas lá fora, na rua, e que não podem mais ser apagadas, assim como a vivência diária dentro da prisão. Uma das interpretações possíveis, é que elas carregam memórias afetivas desses lugares e, para não ser injusta com esses discursos, destaco esse lugar como importante para pensarmos em como esses corpos eram incorporados, deslocados e vistos nesse espaço também feito de convívio social que é a rua.

Marc Augé (1994) é um dos autores que pode auxiliar na compreensão do que significa um lugar e um não-lugar. Já que muito tem se falado aqui sobre prisão, o que as presas podem entender desse espaço? Seria um lugar ou não-lugar? Para responder à essas perguntas, primeiro, o autor vai explicar que um lugar pode ser entendido como um espaço identitário, relacional e histórico, do contrário, um espaço que não pode ser entendido como identitário, relacional e nem histórico será um não-lugar. “A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos”, (Augé, 1994, p. 73).

Assim, arrisco dizer que a prisão se tornou um lugar, atualmente, não desejado pelas presas, diante da própria rotina e anos que foram e estão sendo construídos na localidade. E que após adentrarem nesse lugar, muitas foram as

descobertas. *“De três anos para cá, mudou a minha cabeça. Eu descobri na cadeia que eu tenho capacidade de fazer sem ser errado”*, se autoanalisou Soraia. Outras descobrem que o lugar da prisão é capaz de revelar propósitos de vida. *“Eu tenho um propósito nesse lugar. Todos os dias, assim que acordo, eu oro e louvo a Deus”*, disse Juliana, que é evangélica e conluente do Rhema Prisional de Campina Grande.

Ter privilégios na rua, por exemplo, é uma coisa. Na cadeia, é outra. Na rua, a grande maioria das pessoas conseguem comprar – desde a colônia, adocicado ou mesmo importado – em muitas parcelas ou não, um perfume. Na penitenciária, as presas não têm esse acesso, com exceção de algumas como é o caso de Dandara. Na visão da detenta, poder usar várias roupas e perfume é muito bom. *“Não é querendo ser melhor do que ninguém aqui, mas isso ajuda na nossa autoestima”*, justificou ela. Mas é preciso explicar: Dandara faz parte do grupo de presas que trabalham na casa e, por isso, ela tem o direito de usufruir desses desejos pessoais.

Caso eu as questionasse, aposto que elas diriam que a rua também pode ser entendida como sinônimo de saudade. Além delas não terem acesso a essa territorialidade, é também o lugar onde estão seus familiares, filhos e companheiros. Em alguns momentos das entrevistas, vi mulheres se emocionarem ao recordarem do que viviam lá (para elas) fora e sem saber muito como acolhê-las, permaneci em silêncio respeitando esse sentimento nostálgico.

Dandara foi uma das pessoas que relatou não falar com os familiares que estão na rua, especificamente, seus irmãos e o pai, há 08 meses e 1 ano e 08 meses, respectivamente. Na páscoa (mês de abril) deste ano, ela contou que irá completar 10 anos do falecimento de sua mãe. Ainda há quem não tenha experimentado o sentimento de conhecer, de perto, a primeira netinha, como me contou Soraia. Sua filha de apenas 16 anos, teve uma bebê (sua neta) e que já completava o primeiro mês de vida.

Ainda que exista o drama de muitas mulheres que não recebem determinadas visitas na prisão, a rua também é espaço autorizado para os estudos e trabalho. A relação das presas com a escolaridade pode explicar quando um número significativo das mulheres que se encontram privadas de liberdade tem somente o nível fundamental incompleto. No sistema prisional, algumas voltam aos estudos, enquanto outras abandonam o estudo, dentro da prisão, por alegarem trabalhar o

dia inteiro. Novamente, recorro das falas de Dandara, que me contou, empolgada, ter conseguido uma vaga na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na área de tradução de livros inglês/português, o que deve ser lido como o ingresso em letras inglês/português. O que não é o caso de Helena, que abandonou os estudos, mas contou do desejo de retornar em breve. “*Quero voltar a estudar. Eu como algumas letras, quando vou escrever*”.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi lembrado por algumas detentas, que demonstraram interesse em fazer a prova, mesmo sem saber exatamente o curso que gostariam de cursar. Há quem pense que “*as pessoas falam que quem lê muito, fala bem*”, como é o caso de Juliana. Falando em leitura, durante nossas conversas, ela me disse que, às vezes, gostava de ler os livros de Zibia Gasparetto<sup>37</sup>. A maioria das mulheres dessa pesquisa demonstraram, seja no discurso ou mesmo na prática, que o estudo é um elemento importante da vida social, no entanto, outras apesar de reconhecerem isso, acabaram optando pela labuta por diferentes motivos.

Embora os discursos tenham particularidades, o comportamento das presas se repete, do mesmo modo como é ensinado na escola: andar em fileiras, mãos para trás e cabeça baixa. Pâmela reagiu exatamente assim, após o término da nossa conversa. Andando em linha reta, as mãos entrecruzadas e a cabeça baixa, se despedindo assim “*Foi um prazer a senhora ter vindo. Deus abençoe*”. O que Foucault vai entender é que, na verdade, não se trata de cuidar do corpo, em massa, mas de estabelecer o controle sobre esses corpos ativos, seja através dos movimentos, gestos, atitudes ou rapidez. Assim, todos esses métodos que permitem o controle minucioso do corpo, é o que o autor vai chamar de *disciplinas*. Com esse entendimento do corpo controlado e disciplinado, penso que chamá-lo de corpo subordinado também contribuiria para tal observação.

Após o término das entrevistas, observei inúmeras vezes, as detentas com a mesma expressão corporal. Essa circunstância relembra as cenas do videoclipe “Another brick in the wall”, da banda Pink Floyd. Na música, é retratada uma crítica ao sistema de ensino escolar, em que todos os alunos devem ser iguais e se comportar também igualmente, o que endossaria um comportamento superior e autoritário por parte de professores. É claro que na música acontecem outros

---

<sup>37</sup> Zibia Milani Gasparetto foi uma escritora espiritualista brasileira, que se notabilizou como médium.

desdobramentos, mas chamo a atenção, somente, para o comportamento reproduzido pelos alunos, até certo momento, demonstrando disciplina e controle desses corpos, o que também pode ser visto no presídio.

Só que também é importante frisar que existe uma série de representações (Goffman, 1996) e que são performatizadas pelas próprias encarceradas. Na leitura goffmiana, a representação do “eu” acontece o tempo inteiro, em que o “eu” ora pode ser plateia ou ator. Utilizando como metáfora a representação teatral, o autor diz que o indivíduo utiliza várias técnicas para convencer de uma impressão que ele deseja passar aos outros. Goffman (1996) também vai afirmar que em um dos extremos, o ator pode estar inteiramente convicto, de que a impressão de realidade que encena é a verdadeira realidade. Quando seu público também está convencido do espetáculo que o ator encena, somente o sociólogo ou uma pessoa socialmente descontente terão dúvidas sobre a “realidade” do que é apresentado.

Para essas questões, consigo apresentar uma resposta universal. Acredito que, a proposta de todos esses escritos, como já reforçado em outro momento, é mais para problematizar e tentar compreender esse universo misterioso, que é o sistema carcerário. Elas podem estar fazendo representações, como o próprio conceito de Goffman sugere, ao mesmo tempo, em que podem estar obedecendo regras do próprio sistema, que nunca foram questionadas, somente obedecidas.

Não só as próprias vivências da rua, mas as presas também trazem comportamentos de fora, como o gosto pelo trabalho. Esse é o caso de Helena, uma das presas que trabalham na cozinha. Segundo ela, sua responsabilidade é de tudo um pouquinho: higienizar a cozinha, colocar água nas plantas, fazer faxina nas salas e, no final da tarde, catar feijões. Desde o início de nossa conversa, Helena já disse: “eu fui presa inocente”, lembrando de todo o episódio. Embora se julgue inocente, a detenta disse que “*quem anda com quem não presta, cai também*”. Na rua, Helena trabalhava como ambulante e é onde reside uma de suas maiores saudades.

Eu gosto de trabalho. É melhor do que tá parada. [...] Sinto falta da barraca que eu trabalhava todo dia. Lá eu vendia cerveja, água. Aí, hoje, quem toma conta é a minha tia que me criou e meu filho. (Entrevista com a presa Helena, em 02/01/2020)

Diante do depoimento de Helena, é possível assimilar que o conceito *habitus* discutido no capítulo anterior, retorna, vivamente, neste exato momento. Quer dizer, partindo da noção sociológica de que as questões humanas são socialmente construídas, o *habitus* trabalhador, é algo construído pela sociedade e que se reflete nas pessoas, indo para além de estar preso ou não. Deste modo, essa e outras mulheres, mesmo antes de estarem presas, aprenderam que o ofício do trabalho é importante, fazendo com que o sujeito seja moldado, ensinado a pensar, sentir e agir de determinado jeito. Pâmela também pensa da mesma forma, quando o assunto é o trabalho. “*Eu tendo uma enxada na mão, eu esqueço até das coisas*”.

Soraia me contou que, caso tenha oportunidade, deseja trabalhar em universidades (citando a Universidade Estadual da Paraíba, como exemplo), pois já teve conhecimento que lá trabalham outras ex-presidiárias. “*Mas se só tiver eu, vou ficar constrangida*”, se referindo ao preconceito que as pessoas da rua devem ter com mulher que já foi presa. Só que os sonhos de Soraia não param por aí, na verdade, ela deseja abrir um ateliê em sua própria casa, o emprego em outros lugares seria uma segunda opção.

Esse sentimento de preconceito com mulheres presas contado por Soraia, tem sido alvo de comentários nas redes sociais recentemente. É que a presa Suzane Von Richthofen foi aprovada pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para o curso de Gestão de Turismo na cidade de Campos do Jordão. Os internautas começaram a se pronunciar sobre o assunto, diante da repercussão do caso Suzane, que resultou no assassinato dos pais da sentenciada. Até o momento, não se sabe se ela foi autorizada a comparecer às aulas, já que o Tribunal de Justiça (TJ) informou que o processo está sob sigilo de Justiça.

Na prisão estudada, Soraia foi uma das presas que me ensinou algumas palavras de um vocabulário específico da prisão, como “boiou” e “catatau” explicados no início desta dissertação. Cheia de habilidades, Soraia contou ter recebido diversos catataus, no final do ano de 2019. Foram pedidos e mais pedidos de trabalho, o que fez com que Soraia não dormisse por duas noites. A nossa conversa foi encerrada com um “*Que Deus abençoe a sua vida, a sua jornada*”. Soraia foi uma das interlocutoras com quem mais conversei, me contou e ensinou coisas sobre esse mundo da prisão. Enganada eu estaria, por achar que sairia da penitenciária do mesmo jeito.

Uma forma encontrada pelas presas também de acessar a rua é através das novelas e jornais transmitidos em televisões. É que assistir televisão, para elas, é uma forma de ver o mundo estampado em uma tela de vidro. Dandara gosta de novelas “*assisto a da Record e da Globo, Amor de Mãe*”, mas também jornal “*quero estar por dentro de tudo*”. Cibele e Atena também assistem novelas e jornais, assim como Pâmela, mas que diz evitar assistir desenhos animados “*eu lembro logo das crias*”. São essas as lembranças que surgem nos noticiários, nas novelas, nos desenhos, em um objeto, em uma cor ou sabor.

Anteriormente, quando propus imaginarmos a cela enquanto casulo protetor e no despertar da segurança ontológica (Giddens, 2002) e que essas categorias ajudariam a pensar na prisão e a sua relação com as mulheres encarceradas, logo, imaginaria que isso me seria respondido durante o campo. Atena foi uma das interlocutoras que descreveu exatamente o local em que está instalada. Negando ser uma cela, ela argumentou o porquê de ser diferente das outras instalações do presídio.

Lá não é cela. Eu fico no berçário que, na verdade, são quartos. Só tem grade na frente e no meio. Ao total, são 6 quartos. A prioridade é para gestante, mas como só tem eu, aí estão outras mulheres que precisam de algum tipo de atendimento, trabalham na casa, etc (Entrevista com a presa Atena, em 02/01/2020)

Percebe-se que assim como Atena – mesmo denominando o espaço de outra forma – outras presas também passam o dia na cela, embora algumas prefiram estar ocupadas com o trabalho. Segundo Dandara “*o tempo passa mais rápido trabalhando*”. A cela ou mesmo o berçário pode ser interpretado enquanto o casulo protetor das mulheres presas, no entanto, existe algumas fragilidades que podem causar rompimento no casulo. Isso foi confirmado após um episódio do papel higiênico, narrado por Soraia. Conforme a detenta, “*a convivência é tranquila só que às vezes, do nada, tem uma briga por causa de papel higiênico. É uma besteira. Aí acontece briga de boca. E parece que contagia. Como eu tenho a voz alta, o povo já pensa que tô brigando também*”.

Além dessa categoria, a do casulo protetor, foi destacada o sentimento da segurança ontológica Giddens (2002) e que me fez perceber durante a entrevista

com uma das interlocutoras: *“Quando a agente diz: Veste a roupa. A gente pensa logo que é o marido, a família, um alvará. O meu coração começou a acelerar. Achei que era o meu pai”*, foi assim que Juliana entrou na sala para conversar comigo. Esse é o sentimento que, às vezes, as presas encontram para atribuir um sentido pessoal para a vida e o que prevê uma continuidade das histórias do cotidiano. Juliana ao mencionar o pai, apresenta semelhanças com o exemplo dado por Giddens sobre a família. Em outras palavras, a ação da mãe se ausentar, não quer dizer que ela está abandonando o próprio filho, mas que a ausência também pode ser decorrência de outras responsabilidades da própria vida adulta. E esse foi um dos sentimentos expostos por Juliana: o de que o seu pai voltaria a vê-la.

Apesar de ter apresentado, em outro momento, aqui neste texto, uma discussão sobre as tatuagens nos corpos de mulheres encarceradas, no ato das entrevistas com minhas interlocutoras, isso não foi algo muito destacado por mim e nem por elas. Talvez porque outras falas tenham ganhado mais destaque e sido melhor exploradas por elas. Até onde percebi, e me foi contado, as tatuagens foram/são marcas que vieram da rua, o que não me autoriza confirmar que elas teriam feito esse trabalho artesanal dentro do presídio.

Das dez mulheres entrevistadas, a grande maioria continha tatuagens pelo corpo. Um traço repetitivo é que vi muitos nomes tatuados e quando questionei, elas respondiam: *“é o nome do meu esposo, filho, filha”*. As marcas apresentadas no corpo, além das tatuagens, podem estar relacionadas aos traços existenciais. Isso por causa das diversas falas que ouvi, demonstrando a recordação e saudosismo de pessoas importantes na vida dessas mulheres e que estão nas ruas, como é o caso dos familiares. Helena é uma das mulheres tatuadas, mas que se arrependeu ter deixado traços no corpo. *“Eu tenho duas. Uma na coxa, que fiz com 19 e outra na perna, que fiz com 21. Na época, eu fiz porque achava bonito. Quase não dá pra entender o desenho. Parece uma barata, né? Mas é um cavalo marinho. Não fiz nenhuma aqui dentro e nem pretendo”*. Pâmela também se arrependeu das tatuagens que fez pois, segundo a presa, existe o preconceito com pessoas tatuadas.

Eu tenho o nome dos meus três filhos nas costas e um coração tatuado de outro filho. Também tenho o nome do meu primeiro namorado e uma flor no pé. Eu me arrependi um pouco, porque as



pessoas com tatuagem não dão muita atenção. Fiz todas antes de entrar aqui (*Entrevista com a presa Pâmela, em 03/01/2020*)

Em um estudo realizado com mulheres envolvidas com o tráfico de drogas na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, Soares (2014) aplicou 81 questionários direcionado às mulheres presas por tráfico de drogas e 10 entrevistas de histórias de vida. Com essa coleta de dados, a pesquisadora percebeu a incapacidade do ambiente prisional em recuperar pessoas para uma vida fora do crime. Apesar da pesquisadora identificar esse e outros resultados, o que envolve o estar fora da cadeia, neste presente estudo, devido a amostra ser um bem inferior ao estudo comparado no presídio de Juiz de Fora, acredito ser prematuro ter esse posicionamento.

Ao passo que presas trabalham dentro da penitenciária, outras estudam e algumas que dizem ficar o dia inteiro dentro da cela, também pude descobrir habilidades desempenhadas por diversas presas, o que pode ser considerado um caminho direcionado para a área profissional. Inicialmente, conversei com Soraia que contou só fazer faxinas, assim que chegou na cadeia. Depois, ela encontrou na confecção de cartões uma fonte de renda. Eram feitos dentro da cela, onde ela enviava para os familiares e que os vendiam. Ao revisitar o passado, ela contou de experiências dentro e fora da prisão.

Ali foi o início do meu comércio. Eu fazia cartões de todas as datas (comemorativas) que você pode imaginar. Ficava bem bonito. Eu também lembro que fiz um curso de crochê. Aí eu fui pedir pra diretora liberar uma agulha, pra eu poder costurar. Primeiro ela liberou uma agulha de plástico, depois, permitiu a tesoura sem ponta e as linhas de crochê. Hoje, eu costuro, bordo, faço cartões, casinha de boneca de caixa de papelão, vendo tanto pras detentas como pras agentes. Com esse dinheiro, eu até ajudo a minha mãe. Nunca me faltou trabalho. (*Entrevista com a presa Soraia, em 02/01/2020*)

O que é lembrança na rua, também é levado para dentro dos presídios. Cuidar de si, seja através de atividades físicas, fazendo exames médicos na prisão ou mesmo participando do dia da beleza, são formas de nutrir o imaginário dessas mulheres que, apesar de construídos aqui fora (na rua), também são reproduzidos lá dentro (na prisão). É interessante destacar que em um dos poucos momentos que tive com Juliana, ela me disse que o ar era diferente, se referindo ao ar respirado da

cela com o da sala em que eu conversava com ela. É que segundo ela, “*por questões de segundos, você esquece é uma presa*”. Isso me deixou pensativa, já que de sua cela para essa sala cercada de papéis e processos burocráticos, eram somente alguns metros. Seria essa detenta uma verdadeira pessoa fantasiosa das coisas da vida ou ela não saía da cela há tempos em detrimento de algum mau comportamento? Para essa pergunta, eu não consegui a resposta.

Uma das primeiras coisas que fiz involuntariamente foi comparar as minhas unhas com as de Cibele. É que ela não precisou de manicure para estar com as unhas “em dia”, afinal, a prisão exige e ensina a cada detenta que é preciso aprender a se virar com os recursos disponibilizados. Ela é uma das pessoas que acredita que a vaidade é característica marcante na estrutura corporal de uma mulher. Seu irmão é visto como “tudo” e segundo Cibele sempre leva objetos de seu agrado. “*Eu faço uma lista de batom e ele sempre traz tudo do meu gosto*”.

Embora muito preocupada com o corpo físico, Nise demonstrou também entender de procedimentos capilares. Ela aprendeu na cadeia e, depois, me ensinou durante nossas conversas, de que “[...] *cabelo cresce raiz e não ponta. Foi aqui que deixei o meu cabelo crescer*”. Esses aparentes “truques” de aprender a utilizar poucos objetos – já que a própria direção do presídio permite o uso restrito de aparelhos para o dia da beleza – fazer as próprias unhas e arrumar o próprio cabelo foram maneiras adotadas por elas para usufruírem do pouco que lhes é acessível.

A questão é que nem todas as mulheres reclusas conseguem ser vaidosas como gostariam. Atena, por exemplo, contou que após a prisão, perdeu “o gosto” para se cuidar. Ela ainda faz coisas básicas como as unhas, sobrancelha e o cabelo. “*Eu era muito vaidosa, mas aqui dentro, estou sem gosto*”. No caso de Atena, a única mulher gestante da unidade, percebe-se que a experiência prisional mudou a sua forma de enxergar a vaidade e autocuidado com o corpo. A vaidade também foi entendida como higiene, quer dizer, procedimentos básicos para a manutenção de um corpo limpo. Isso é o que Helena me contou, quando indagada sobre os cuidados com o próprio corpo.

Eu tomo banho direto. O que eu percebo de diferente são os bicos do meus peito coçando. Será se é normal? [momento de risos]. E a minha vaidade é não deixar nada sujo. Também gosto um pouco daqueles negócio de brilho que passa na boca [se referindo ao brilho

labial]. E sim, eu também tô me organizando para ir ao dentista (Entrevista com a presa Helena, em 02/01/2020).

Algumas mulheres com as quais conversei também relataram que o dia da beleza *“era o dia possível para se sentir mais mulher”*. Essa frase, dita por Juliana, é percebida como e o quanto as sextas-feiras são importantes para a detenta. Conforme ela, muitas já foram as transformações que ocorreram fora e dentro da prisão. Ela chegou na penitenciária com 19 anos de idade, afirmando que de lá para cá, muita coisa mudou. *“Eu tô mais velha. Não só de idade. Olho para o espelho e já digo que tô com rugas. Mas, poxa... a gente tem que se amar, independentemente do lugar”* se autoanalisou.

E para Juliana dia da beleza também deve ser aproveitado com tudo o que é permitido: fazendo unhas e o cabelo. No momento em que conversávamos, ela contou que estava fazendo as unhas do pé, enquanto a sua companheira de cela fazia as unhas de suas mãos. Dália também não fica *“atrás”* quando o assunto é beleza, já que ela gosta de sempre estar com a raiz e a tintura dos cabelos avermelhados sempre retocados. Uma curiosidade é que ela contou gostar de se maquiar aos domingos para receber as visitas. O argumento foi o seguinte: *“A maquiagem é pra que as nossas visitas não achem que, porque estamos presas, deixamos de nos cuidar. É para mostrar que estamos cuidando da nossa autoestima”*, explicou. Nesse momento, uma agente penitenciária estava acompanhando a conversa com minha interlocutora e fez um comentário adicional: *“o dia da beleza é bônus para as presas, já que isso não consta no código penal”*.

Algumas das presas tentaram demonstrar que a ação de se cuidar nos dias de visitas, quer dizer, usarem uma maquiagem, também seria um cuidado de não deixarem visível seus aspectos naturais vistos no presídio. Mas que imagem seria essa? Por que é possível que os funcionários do presídio possam vê-las assim e não seus familiares, pessoas que as conhecem há anos? Essa atitude seria somente autocuidado ou também preocupação com o modo como os *“outros”* possam vê-las? Seria para elas uma espécie de expor o seu *“pior”*?

Esses relatos das mulheres presas sobre como elas veem o dia reservado para a beleza, demonstram que elas carregam percepções, opiniões e incorporações que foram construídas socialmente, na rua, e levados para dentro da

cadeia. Algumas dessas mulheres, de maneira mais acentuada que outras, com prenoções e construções sociais do que é o ser mulher. Além disso, também, esse dia pode ser entendido como um dos poucos “programas” diferentes e que possibilitam o autocuidado corporal feminino na prisão.



#### **IV. CONCLUSÕES**

Considerando uma discussão tão urgente quanto necessária, escrever sobre uma amostra de mulheres que estão atrás das grades e entender como acontecem as transformações corporais desses sujeitos nas prisões brasileiras foi uma tentativa de enriquecer o meu olhar enquanto estudante e pesquisadora do assunto, ao mesmo tempo, de deixar pistas para as pessoas que desejam adentrar nesse mundo cheio de códigos e informações que é o sistema prisional. É importante esclarecer que, em nenhum momento, foi objetivo desta pesquisa esgotar e trazer uma única verdade sobre o assunto.

Tal escolha de estudar um grupo de mulheres presas no Brasil, se justificaram nas circunstâncias pessoais e que também foram sendo desdobradas no campo e, naturalmente, essas transformações afetaram a vida e dinâmica social desses grupos instalados nos ambientes carcerários. Assuntos que envolvem a criminalidade versus o papel da segurança pública do Estado, não deve passar despercebido aos olhos da sociedade. Para mim, enquanto pesquisadora, ouvi-las é uma forma de captar o que está sendo dito para conhecer de perto e analisar as possibilidades de como esse espaço pode se tornar menos prejudicial, já que suas vidas estão confinadas por muitos anos no mesmo lugar.

Assim como eu adotei a forma de buscar e acessar o que já tinha sido pesquisado sobre a temática, desejo que este trabalho possibilite apresentar diferentes “jogos” e perspectivas de narrativas que contribuam para os novos e antigos pesquisadores. Acima disso, que todas as pesquisas científicas devam (ou deveriam) ter como foco produzir conhecimento e transformar essas descobertas em comunicação e informação acessível para a sociedade civil. Seria possível responder como o nosso trabalho afeta a vida social dos moradores de Campina Grande?

Iniciei esse trabalho dizendo que pensar sobre as pessoas que estão aprisionadas e em que condições esses corpos se encontram no lugar físico, não é algo tão simples de se responder. Ao transcorrer do texto, apresentei algumas experiências que tive com o campo pesquisado, narrativas que me foram contadas pelas mulheres que lá estão cumprindo suas penas, as versões de funcionários que representam o Estado e outras impressões pessoais. Apesar desse panorama,

arrisco apresentar algumas conclusões que me foram expostas neste período de pesquisa.

A primeira delas é que as punições aplicadas ao corpo das mulheres, como se identificou no II capítulo, nem sempre tiveram as prisões como resultado. Esses corpos foram sujeitados historicamente pelo controle e pela punição, ocorrendo uma série de práticas punitivas como o apedrejamento e o uso de mordaças. Diante disso, encontrei como alternativa para explicar quais os métodos, fazer uma retrospectiva histórica das formas de punição de séculos passados e os reflexos até os dias atuais. Além das punições corporais, as mulheres também sofriam (e ainda sofrem) com as punições na alma. É que o sentimento de abandono, solidão, saudade e o medo foram uma das cicatrizes que as minhas interlocutoras me permitiram acessar, através de seus discursos.

Tentar fazer um exercício de perceber essas sensações e sentimentos entre a vivência das presas e o mesmo sentimento para com seus filhos e familiares, também aponta para relações que vão se alterando e reestruturando conforme a realidade prisional. Presas que se tornaram avós e não puderam acompanhar o crescimento dos netos [história de Soraia], por não saber lidarem com a saudade, preferem não ver os desenhos que os filhos gostavam [história de Pâmela]. Por isso, entendo que as nossas emoções são construídas dentro dos processos sociais e que carregam também uma função social.

Das dez mulheres entrevistadas, a sua grande maioria relatou a ausência de visitas de familiares, pais e mães que não foram mais buscar notícias de suas filhas. Irmãos [conforme a história de Cibele] que assumiram o papel de “tudo” em suas vidas. O que era necessidade para alimentar o interior, na verdade, não se restringia só a uma comida mais fresca e de melhores ingredientes, mas era o preenchimento do emocional que seria a família [história de Soraia]. Essas histórias me fizeram ser a outra [mulher] por breves segundos.

Foi estimulante seguir as informações de mudanças das formas de punições nos corpos femininos até os dias atuais. Não só porque é um resgate histórico e esclarecedor dos fatos, mas que serviu para pensar, também, no papel desempenhado das prisões nos corpos dos aprisionados e os efeitos repercutidos na sociedade. Indago a seguinte questão: *As mulheres presas conseguem ressignificar seus corpos dentro da prisão ou seria porque não existem outras*

*maneiras de autocuidado em um espaço, julgado por muitos, onde se encontra a miséria humana de corpos abandonados?* Respondo sim, para duas as perguntas.

Tanto as mulheres aprenderam a ressignificar o cuidado com os corpos, a partir dos recursos que lhes eram ofertados e como elas achavam que era necessário. Seja dormindo mais, comendo o que era disponibilizado pelo presídio ou o que era levado pelos familiares durante as visitas, trocavam favores com as companheiras de celas, que se ajudavam mutuamente durante as atividades no dia da beleza. Por outro lado, quando essas mulheres narraram a saudade e o desejo “*queria tanto uma segunda chance*” e “*se eu tivesse uma nova oportunidade*” [histórias de Pâmela e Juliana], o próprio discurso aponta para o abandono desses corpos. Mesmo que as visitas ocorram, vez ou outra, muitas levam anos para reencontrar seus entes queridos.

O perfil encontrado das presas entrevistadas corresponde a uma média de 33,3 anos de idade, o que é superior a faixa etária da maioria das presas registradas no Brasil. De acordo com o documento Infopen Mulheres 2016, em sua maioria elas são jovens, classificadas até 29 anos de idade. Sobre a escolaridade, variou entre casos de presas que aguardam uma vaga na universidade, outras que dividem seus dias entre o ensino regular e o Projovem. Só que também houve registros de casos de mulheres presas que contaram ter abandonado os estudos e que sequer acessaram o ensino médio, o que coincide com os dados do documento divulgado pelo Governo Federal.

O item raça não foi algo que levantei questionamento às minhas interlocutoras, no entanto, é visível e significativo o número de mulheres negras existentes nos presídios femininos. No caso do estado civil, isso também não foi perguntado, mas percebi que pouco elas citavam ter companheiros. Quando o assunto surgia, algumas respondiam “*ele é meu ex-esposo*”. A existência de companheiras não foi mencionada por nenhuma das detentas. A falta diagnosticada pelas presas advém dos filhos e familiares secundários.

Além de um perfil socialmente marcado, o número dessas mulheres encarceradas tem crescido ao longo dos anos no Brasil. Estamos ocupando um dos primeiros lugares dos países que mais encarceram pessoas e, especificamente, mulheres no mundo. Essas informações foram expostas ao longo da dissertação, comprovada por meio de documentos elaborados por órgãos públicos. A pesquisa

teve essa preocupação voltada para o fenômeno do encarceramento feminino. Só que além disso, as histórias contadas pelas presas apresentaram outros acontecimentos: como o próprio corpo e as transformações causadas no espaço prisional.

Ainda no II capítulo, destaco como as figuras de Foucault e Goffman, pensando no nascimento das prisões e no conceito de instituições totais, foram importantes para o estudo dos presídios. Fora as mudanças no modo de punir o corpo do sujeito, acontece uma substituição na figura de pessoas como o carrasco que deixa de existir e abre espaço para o surgimento de profissionais como os dirigentes nos hospitais e presídios. Apresento, aos leitores, o que são os panópticos [com imagem no texto] e a sua função social: ser um dispositivo arquitetônico e de funcionamento disciplinar.

Os conceitos *casulo protetor* e *segurança ontológica* sugeridas por Giddens, também foram conceitos que auxiliariam na compreensão da vivência e dinâmica das presas nos espaços prisionais. O primeiro enquanto ambiente vital e de proteção, mas que pode ser interrompido, a qualquer momento, diante das crises e conflitos que venham a surgir. Depois, o segundo, cujo sentimento tem relação direta com o parentesco, demonstrando como esse sentimento de segurança é presente nos laços, já que essas mulheres aguardam – mesmo sem uma data definida e de retorno – a visita de pessoas que em sua grande maioria são familiares.

Outra categoria que passa a ganhar notoriedade no texto é a de *habitus* proposta por Bourdieu, cujas incorporações vão sendo reveladas pelas conversas com minhas interlocutoras. O *habitus* é, portanto, a forma que temos de nos comportar diante dos outros, ele é um saber que não é individual, mas social. Para elas, o *habitus* feminino e o *habitus* da mulher trabalhadora são estruturas internalizadas, já que correspondem a suas experiências passadas.

É na rua, onde elas aprendem, vivem e internalizam essas normas e obrigações, levando-as para o presídio e, inclusive, disseminando essa informação, interpretadas por elas como verdade e o caminho que devem seguir. Embora as falas caminhem para um sentido de compreender que essas ações são subjetivas, percebo que o *habitus* comprova e reflete que é um saber de ordem coletiva. Não



posso afirmar que essas estruturas internalizadas correspondem a todas as presas da Penitenciária pesquisada, mas que diz muito sobre a amostra escolhida.

Com o auxílio desses conceitos, atrelado aos discursos narrados pelas presas, concluo que existe um processo de autocuidado com os corpos dessas mulheres, seja por meio do que é contado ou do que os meus olhos puderam observar. Por outro lado, o frequente relato da ausência do profissional da odontologia e a carência das presas com esse tipo de serviço, apontam não só para o que precisa ser melhorado enquanto assistência de saúde dentro do espaço carcerário, mas que a falta de cuidado bucal também pode proporcionar negativamente problemas com o corpo físico. Com isso, as presas contaram de suas necessidades e, claro, essa variável pode possibilitar uma relação de definhamento corporal, mesmo que concentrada em uma única região do corpo. O uso de narcóticos ou entorpecentes não foram relatados pelas presas.

Ainda discuto sobre o desenvolvimento do movimento feminista, a categoria interseccionalidade e a relação com as mulheres que estão presas. A reflexão é partindo do pressuposto de que as mulheres nas prisões apresentam significações sobre o que é ser mulher a partir de suas experiências e com diferentes recortes da tríade: raça, classe e gênero. É também reconhecer que existem muitas maneiras e modos de ser, sentir e se reconhecer enquanto mulher e, conforme o meu trabalho, o ser mulher na prisão.

Quando escrevo no título desta dissertação, que os corpos pesquisados são das cores branco e rosa, não se trata somente da cor escolhida para o fardamento das presas instaladas na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande. Acontece que a cor não somente distingue, mas ela categoriza, classifica um grupo.

A cor-de-rosa, em sua grande maioria, foi/é considerada pela sociedade civil como a cor que toda menina ou mulher deve usar, escolher ou gostar, assim como a cor azul está para os meninos. No ano passado, o uso dessas duas cores mobilizou as redes sociais brasileiras, a partir da divulgação de um vídeo de Damares Alves, atual representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

De acordo com a ministra, a frase “*menino veste azul e menina veste rosa*” foi uma metáfora em combate a “ideologia de gênero”. Embora o meu posicionamento seja contrário a tal afirmação, bem como não é oportuno se aprofundar sobre a

declaração, resgato esse conteúdo para dizer que esses discursos popularizados da divisão de cores para meninas e meninos são construções sociais.

Dentro da prisão, deve se existir um motivo para tal escolha que não me foi dita, mas que deixo a reflexão: *A escolha pela cor-de-rosa seria um simbolismo de distinção de gênero e estereótipo, ou seja, de que rosa seria a cor apropriada para meninas e mulheres? E mais, seria rosa o tom que dá impressões da delicadeza, suavidade e doçura, características associadas (e esperadas) a uma mulher?*

Só que essas cores e fardamentos utilizados pelas presas, apresentam só a superfície de quem verdadeiramente são essas mulheres. Abaixo disso, há mulheres que carregam vidas cheias de mistérios, histórias e significados e que eu só tive possibilidade de investigar com a abertura do campo. Diante dos entraves, por muito tempo, eu me questioneei se deveria permanecer com o trabalho de campo.

A minha perseverança foi até o final, mesmo sabendo dos riscos que eu tinha caso as portas não me fossem abertas. É no III capítulo que eu narro todas as lágrimas, angústias, desânimo, mas que foram revertidas em contentamento. Para além dos processos burocráticos de uma pesquisa, existem outros questionamentos por trás disso: o nosso papel e a seriedade da pesquisa científica, de modo que a sociedade capitalista ainda carrega “lupas” de minimização para essa tarefa, que não deixa de ser um trabalho.

No III capítulo, também faço uma breve apresentação das presas, sobre suas rotinas no presídio. Não conversamos de maneira aprofundada sobre o que as levou cometer tais práticas criminosas, mas elas contaram a tipologia do crime, sendo a maioria: homicídio, latrocínio, furto, roubo e tráfico de drogas. Algumas contaram que a *“a minha ficha criminal é muito grande”* [história de Soraia] enquanto outras *“eu fui presa inocente”* [história de Helena] e *“estou pagando um crime que não é meu, o meu marido é quem era envolvido com drogas”* [história de Dália].

A alimentação oferecida e a facilidade para processos de adoecimentos dentro do cárcere foram mais duas características narradas pelas presidiárias. Segundo os relatos, a comida poderia não ser tão ruim para quem cometeu um ato criminoso e está privado de liberdade. Só que a grande maioria das mulheres presas acreditam que o investimento de frutas, verduras e legumes seria necessário para uma melhor alimentação.

Os problemas de saúde relatados na prisão feminina eram semelhantes entre as presas, a diferença é que não eram todas que se disponibilizam a ir periodicamente às consultas médicas. Mesmo assim, elas se queixavam de algumas dores nas costas, no estômago, algumas com o peso acima do esperado, problemas no útero, na pele e outros casos.

Além do mais, elas entendem que o ambiente prisional também possibilita um maior adoecimento, já que muitas são as mulheres que circulam, entram e saem do mesmo espaço. Algumas perguntas me foram feitas sobre essas situações, e eu obviamente, não me senti capaz de apresentar nenhum diagnóstico dessas mulheres.

Apesar de tantos discursos, concordo com Silva (2014) quando vejo mulheres desejarem a liberdade, mas que na prisão, reproduzem discursos e comportamentos desejados. Encerro esse texto sabendo que muito tem de minhas interpretações, mas muito também do que elas, donas de suas histórias, escolheram me contar.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, D.M. História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Parte 1 História e Literatura. **Capítulo 3 No castelo da História só há processos e metamorfoses, sem veredicto final** — Bauru: Edusc, 2007, pp. 77-78. (Coleção História).

AMARAL, F. P. **Por um olhar feminista sobre as mulheres ciganas brasileiras**. Revista Ártemis. 2010. Pág 168-177.

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AUGÉ, M. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. 6. Ed - São Paulo: Martin Claret, 2014.

BIROLI, F; MIGUEL, L. P. **Feminismo e política: uma introdução**. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. (História & Sociedade). **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6ª edição / 2ª reimpressão. Forense Universitária, 2009.

CATANI, M. A. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Vol. 32, núm. 114, Campinas, 2011.

CHRISTINO, M. S; TOGNOLLI, C. **Laços de Sangue: A história secreta do PCC**. São Paulo, 2017

DA MATTA, R. **O Ofício de Etnólogo ou como Ter “Anthropological Blues”\***. A Aventura Sociológica. Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DINIZ, D. **Cadeia: Relato sobre mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DURKHEIM E. **As regras do método sociológico**. 9ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. – 11ª edição. Petrópolis: Vozes, 1979.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FRANCHINI, R. **Richthofen. O Assassinato dos Pais de Suzane**. Editora Planeta, 2011.
- FRANCHINI, R. **Amor esquadrejado. A investigação do assassinato do executivo japonês**. Editora Planeta, 2012.
- GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.
- GIDDENS, A. Modernidade e identidade. **O eu: segurança ontológica e ansiedade existencial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1974.
- GOFFMAN, E. Representações. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes: 1996. pp. 25-75.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELPE, S. S. **Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas [Dissertação de Mestrado]. Juiz de Fora, 2014.
- KAFKA, F. **A metamorfose**. – [Ed. Especial]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MAIA, C. N; NETO, F. S; COSTA, M; BRETAS, M. L. **História das prisões no Brasil, volume 1**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017.
- MALLART, F. BR 111. A rota das prisões brasileiras. **Gestão neuroquímica: Pílulas e injetáveis na prisão**. São Paulo: Veneta, 2017.
- MAUSS, M. Sociologia e antropologia. **Noção de técnica do corpo**. São Paulo, Cosac & Naify, 2003.
- MORAIS, M. **Por trás das grades**. 8 Editora; Ed. 1. 2017
- OLIVEIRA, H. C. Códigos de sustentação da linguagem no cotidiano prisional do Rio Grande do Norte: Penitenciária Estadual de Parnamirim. **Os segredos, os significados das tatuagens criminais no espaço da PEP**. [Tese de Doutorado]. Natal, 2010.

OLIVEIRA, L. M. R. **Crime é “coisa de mulher”**: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE. [Tese de Doutorado]. Recife, 2012.

PAGNAN, R. **O pior dos crimes: a história do assassinato de Isabella Nardoni**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2018.

QUEIROZ, N. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

RAY, B. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Globo, 2012.

RUDNICKI, D. **Comida e Direitos Humanos no Presídio Central de Porto Alegre**. Revista Direito GV, São Paulo 7(2) | p. 515-538, 2011.

RUI, T. C. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. [Tese de Doutorado]. Campinas, 2012.

SANTOS, F. V. **Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: Empreendendo aproximações e distanciamentos necessários**. Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá. 2012. Pág 94-104.

SILVA, V. F. **Conflitos e violência no universo penitenciário brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SILVA, V. C. A. **Da interseccionalidade ao movimento feminista: uma tentativa de conceituação do feminismo enquanto movimento social**. Encontro Latinoamericano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SILVA, V. S. **O entre da liberdade, as prisões: os feminismos que emancipam, prendem?: uma história do gênero feminino na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande (1970-2000)**. [Tese de Doutorado]. Recife, 2014.

SIMMEL, G. Fidelidade e gratidão e outros textos. **O estrangeiro**. Relógio D' Água Editores, [1908], 2004.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017

VILLOTA, J. M. J. I. **Meninos não choram. A formação do habitus guerreiro nas FARC-EP**. [Tese de Doutorado]. Fortaleza, 2006.

WOOLF, V. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

## ROTEIRO DE PERGUNTAS

NOME?

IDADE?

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ ESTÁ AQUI? TEMPO DE PENA?

COMO É A SUA ROTINA AQUI?

VOCÊ PERCEBE MUDANÇAS NO SEU CORPO DEPOIS QUE VOCÊ ENTROU AQUI? QUAIS?

QUAIS OS CUIDADOS QUE VOCÊ TEM COM O SEU CORPO?

COMO VOCÊ FAZ PARA CUIDAR DA BELEZA? (COMO CONSEGUE ROUPAS, PRODUTOS DE HIGIENE, MAQUIAGEM, ETC)

QUAL A FREQUÊNCIA (E PRESENÇA) DO SERVIÇO DE CUIDAR (MEDICINA, NUTRIÇÃO, PSIQUIATRIA, ODONTOLOGIA) NO CORPO DA MULHER PRESA?

DO QUE VOCÊ SENTE MAIS FALTA? E POR QUÊ?